



Eduardo Hugo Frota Neto

**Pela travessia da perversão
leitura crítica de suas configurações psicanalíticas**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Ana Maria Rudge

Rio de Janeiro, dezembro de 2004



Eduardo Hugo Frota Neto

**Pela travessia da perversão: leitura crítica
de suas configurações psicanalíticas**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profª. Ana Maria Rudge
Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Carlos Augusto Peixoto
Junior

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profª. Sonia Alberti
Instituto de Psicologia - UERJ

Prof. Paulo Fernando Carneiro de
Andrade

Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, / /2005

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Eduardo Hugo Frota Neto

Graduou-se em Psicologia na PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) em 2002.

Ficha Catalográfica

Frota Neto, Eduardo Hugo

Pela travessia da perversão : leitura crítica de suas configurações psicanalíticas / Eduardo Hugo Frota Neto ; orientadora: Ana Maria Rudge. – Rio de Janeiro : PUC-Rio, Departamento de Psicologia, 2004.

97 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia.

Inclui referências bibliográficas

1. Psicologia – Teses. 2. Psicanálise. 3. Perversão. I. Rudge, Ana Maria. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Para Mariana

Agradecimentos

À CAPES pelo fundamental incentivo.

A Ana Maria Rudge, minha orientadora, pela disposição e parceria.

A Nana pela paciência e carinho.

À minha família por todo o apoio. A meu pai pelo acolhimento, a Bite pelo interesse e a Lia pela interlocução e encorajamento. A minha mãe e Pedro pelo afeto.

Aos professores e colegas da PUC-Rio pelos comentários e sugestões. A Carlos Augusto Peixoto Jr. pela generosidade e engajamento em suas aulas.

A Roberto por apontar os meios-terminos.

A meus amigos pelo companheirismo.

Resumo

Frota Neto, Eduardo Hugo. **Pela travessia da perversão: leitura crítica de suas configurações psicanalíticas**. Rio de Janeiro, 2004. 97p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação investiga o estatuto conceitual da perversão em psicanálise. Partindo dos destinos que o termo tem hoje em diferentes vertentes da teorização psicanalítica, suas raízes são buscadas na apropriação médica das condutas sexuais que teve seu apogeu na segunda metade do século XIX. Valoriza-se as transformações que o campo semântico do termo ‘perversão’ sofreu através da obra de Freud, distinguindo-se três aspectos do tema e suas especificidades psicanalíticas: a sexualidade que foge à lógica da genitalidade, o papel diagnóstico do termo e o caráter moral que encerra.

Palavras-chave

Perversão; Psicanálise.

Abstract

Frota Neto, Eduardo Hugo. **For the traverse of perversion: critique of its psychoanalytical configurations.** Rio de Janeiro, 2004. 97p. Dissertation - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation investigates the conceptual status of perversion in psychoanalysis. Starting from current connotations of the term in different trends of psychoanalytical theorization, its origins are sought in the medical appropriation of sexual conduct that had its culmination during the second half of the 19th century. The transformations suffered by the semantic field of the term 'perversion' through Freud's work are put in relief, and three aspects of the topic are distinguished in their psychoanalytical specificity: the sexuality that evades genitality, the diagnostic role of the term and the moral tone it holds.

Keywords

Perversion; Psychoanalysis.

Sumário

1. Introdução	9
2. O amálgama ‘perversão’ e suas raízes históricas	12
3. Uma genitalidade incerta	22
3.1. Uma sexualidade atravessada por conflitos	38
4. Um esboço classificatório dinâmico	64
5. Algumas considerações sobre a crueldade	81
6. Conclusão	92
7. Referências bibliográficas	94

1

Introdução

Talvez estejamos vivendo hoje, no âmbito da psicanálise, um certo esforço no sentido de repensar a perversão. Um rápido levantamento bibliográfico produz como resultado um grupo razoavelmente numeroso e recente de obras. Estas, no entanto, apesar de terem em comum, como não poderia deixar de ser, as elaborações de Freud, formam um conjunto algo heterogêneo, agrupadas principalmente pela referência ao próprio significante ‘perversão’.

Os pressupostos que o motivam, por sua vez, são um verdadeiro amálgama. O que o termo delimita, no senso comum, é uma nebulosa de sexualidade anormal e defeito moral, um campo que, é sabido, ganhou legitimidade científica e consistência conceitual através da medicina legal do século XIX.

Por um lado, esta concepção surgiu de uma amostragem específica, constituída por indivíduos que “vistos por ocasião das perícias, têm condutas sexuais que constituem delitos ou crimes e foram presos” (Lanteri-Laura, 1994 [1979], p. 140). Por outro lado, a psicopatologia sexual da época estava calcada no conceito de parestesia – excitabilidade por estímulos inadequados –, que reeditava a velha noção cristã que associa o ato sexual que não visa a reprodução da espécie ao pecado (Ibid., p. 36).

O conceito de perversão, a partir de então, situou-se entre o *ridículo* e o *monstruoso* (ibid., pp. 35-45). A influência deste saber fez-se sentir não só no senso comum, como dissemos, mas também em discussões relativamente recentes no campo jurídico, onde a cartografia oitocentista da perversão ainda era oferecida como um grande avanço:

Contrariamente à opinião pública, nem todos os delinquentes sexuais são perigosos. Muitos são exibicionistas, espreitadores ou homossexuais não-agressivos, cuja conduta é classificada mais exatamente como aborrecimentos que como perigo para o povo (Caprio, 1967 [1961], p. 9).

Ora, foi com esta tradição que Freud rompeu, subvertendo ponto a ponto suas premissas, explicitamente a partir dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de 1905. O abandono da noção de uma “atração recíproca natural de um sexo pelo outro” (Valas, 1990, p. 9), já em 1905, lança Freud na radical

contingência de alvos e objetos para a pulsão, o que dificulta muito pensar na perversão como mero desvio sexual.

A hipótese mais simples e mais indicada sobre a natureza da pulsão seria que, em si mesma, ela não possui qualidade alguma, devendo apenas ser considerada como uma medida da exigência de trabalho feita à vida anímica (Freud, 1996 [1905], p. 159).

A origem da teoria da sexualidade infantil pode ser localizada no famoso momento do abandono, por Freud, de sua teoria da sedução – documentado na carta 69 (Freud, 1996 [1897]) – a que se refere como sua *neurotica*. A partir deste abandono, “a noção do sedutor perverso perde sua consistência” (Valas, 1990, p. 18), vale dizer, ele existe, primeiramente, como personagem do discurso neurótico. Esta ênfase na realidade psíquica terá grande impacto no que Freud nos deixou, notavelmente a partir dos anos 20, como seu último esboço de classificação diagnóstica, onde o termo ‘perversão’ tem um papel bastante periférico.

Um outro ponto de grande diferença, enfim, permeia seus escritos sobre a civilização. A tensão progressivamente valorizada entre as pulsões e a moral acaba por matizar decisivamente o entendimento psicanalítico da própria moralidade, na medida em que este conflito dá origem a um novo objeto metapsicológico, representado pela instância universal do supereu. Daí decorre uma outra visão não só da crueldade, mas também do crime, da infração e da transgressão. Este processo, em última instância, transforma os valores que estão em jogo na carga pejorativa que o termo ‘perversão’ carrega.

Estes indícios de uma nova orientação diante da “perversão” às vezes não surtem efeito. Encontra-se, na literatura psicanalítica recente, embarcados no termo ‘perversão’, precipitados oitocentistas em graus diversos, aparecendo ora pela primazia da genitalidade tomada como doutrina, ora pela reificação do termo em uma estrutura diagnóstica justificada através do mecanismo da *Verleugnung*, ora pela referência à crueldade (ou simplesmente ao mal) como critério suficiente para dividir as águas de uma ética psicanalítica.

A concepção pré-psicanalítica de perversão continua a contaminar as elaborações psicanalíticas sobre a perversão em vários âmbitos. Encontramos ressonâncias do âmbito médico-legal em que se inseria a perversão no final do século XIX,

designando os assassinos, necrófilos, sádicos e delinquentes, atravessando as elaborações sobre a perversão, em que o substantivo ‘perversidade’ freqüentemente se insere (Rudge, 2004).

O resultado destes precipitados é que a figura do perverso se torna uma espécie de ponto cego da psicanálise. Abordado por vários autores, como num revezamento, a partir de ângulos teóricos diversos, a perversão toma feições bem diferentes e até contraditórias. O enigma está na passagem do termo ‘perversão’ de um discurso psiquiátrico do século XIX para um novo campo teórico, o da psicanálise, e na desconsideração de que essa passagem implica em novos conceitos sob um mesmo termo. Esclarecer esta questão foi o que me motivou.

Minimamente familiarizado com a concepção freudiana das neuroses, vivenciando o que teorizou em minha clínica, e tendo entrado em contato com os fenômenos entendidos como psicóticos durante nove meses de estágio no CAPS Arthur Bispo do Rosário, a perversão, delimitada por uma das vertentes lacanianas como uma estrutura distinta e propriamente psicanalítica, sempre me pareceu enigmática.

Persegui os três pontos que discerni como fundamentos do campo oitocentista da perversão, buscando seus destinos e especificidades – a genitalidade como valor, o papel diagnóstico do termo e a carga moral que encerra. Proponho questões, a cada passo, sobre as conseqüências destas elaborações quando elas se infiltram no campo da psicanálise, buscando esclarecer as configurações psicanalíticas da perversão na atualidade.

2

O amálgama ‘perversão’ e suas raízes históricas

Começo o percurso por uma breve investigação do estado de coisas anterior a Freud no que se refere ao termo ‘perversão’. Foucault (2001 [1974-1975]) discutiu longamente a constituição de uma figura, que chama de *o anormal*, em sua relação, por um lado, com o campo dos desvios sexuais e, por outro, da maldade, amálgama que parece permear o senso comum até hoje e estabelecer grandes confusões na teorização do que se define como perversão. É no século XIX que tanto este autor quanto Lanteri-Laura (1994 [1979]) localizam a origem do amálgama, sugerindo ser este o produto de uma aproximação entre medicina e poder judiciário.

Desde os anos 1815-1820, vemos júris criminais declarar que alguém é culpado e, depois, ao mesmo tempo, pedir que, apesar da culpa afirmada pela sentença, seja mandado para um hospital psiquiátrico por ser doente. Portanto os júris começam a estabelecer o parentesco, a pertinência, entre loucura e crime (...). Trama-se, pois, pouco a pouco, essa espécie de *continuum* médico-judiciário (...). Essa prática, essa técnica da dupla qualificação organiza o que podemos chamar de domínio da ‘perversidade’, uma noção curiosíssima que começa a aparecer na segunda metade do século XIX (Foucault, 2001 [1974-1975], p. 40-41).

Lanteri-Laura, por sua vez, assinala que é no século XIX que “o estudo supostamente científico dos comportamentos comumente tidos por perversos” (Lanteri-Laura, 1994 [1979], p. 10) vai se transformar, “em razão do desenvolvimento das perícias judiciárias (...) num bem legítimo e incontestado da medicina” (Ibid., p. 10).

Em 1830 (...) a burguesia liberal havia tomado o poder e, pouco a pouco teve cada vez menos necessidade da ideologia libertária que antes lhe fora tão útil. A religião, em que ela não acreditava desde longa data, não podia servir-lhe para nada; e a herança do Século das Luzes não a garantia nem contra os perigos, nem contra o fascínio das singularidades mais extremas da vida sexual. Ela precisava de razões para se precaver contra elas, de razões em que pudesse confiar: o discurso médico chegou em boa hora (Ibid., p. 28).

Nesta época, por exemplo, foram cunhados muitos dos termos dos quais Freud se apropriou e que até hoje usamos: sadismo, masoquismo, fetichismo, narcisismo, entre outros. Em função desta grande influência, buscarei nas histórias de caso descritas por Krafft-Ebing (2000 [1886]) – psiquiatra alemão oitocentista

– indícios desta injunção histórica, tentando discernir o que se entendia por ‘perverso’.

A obra maior de Krafft-Ebing é considerada a mais conhecida síntese das idéias de seu tempo sobre nosso tema: “a *Psychopathia sexualis* (...) tornou-se clássica e (...) constituiu, ao mesmo tempo, um tesouro e um catecismo” (Lanteri-Laura, 1994 [1979], p. 102-103). Os casos clínicos que relatou, particularmente, tornaram-se verdadeiros paradigmas de perversões, às vezes até de forma bastante acrítica:

Krafft-Ebing tornou-se, assim, o ponto zero da interpretação: foi como se se admitisse que o estabelecimento dos dados clínicos havia-se consumado sem nenhum pressuposto, e no despojamento do respeito aos ‘fatos em si’, e que seu conteúdo, sem nenhuma renovação, podia servir indefinidamente (Ibid., p. 103).

O termo ‘perversão’ em seu discurso aparece, na forma adjetiva, para caracterizar o que constitui um conjunto de excitabilidades qualitativamente inadequadas. Fora do eixo quantitativo, onde se delimitam as *anestésias* e as *hiperestésias*, as maneiras perversas de manifestar a sexualidade serão agregadas sob o termo *parestésias* e sua inadequação será justificada em função da preservação da espécie. Assim, Ebing “situa antecipadamente o problema em referência à procriação, tomada como norma” (Ibid., p. 26).

Na descrição e batismo dos casos clínicos, no entanto, percebe-se que a referência à genitalidade não dá conta sozinha de explicar a lógica de delimitação do campo em estudo. Significativamente, por exemplo, o único caso, entre os 238 descritos, que merece o exato diagnóstico de ‘perversão’ não se apresenta em contradição à procriação ou mesmo à genitalidade:

Um de meus pacientes (...) casado com uma mulher extremamente bela (...) ficava impotente quando via sua pele alva (...). Mas, no isolamento de um passeio com ela pelo campo, acontecia de ele subitamente forçá-la ao coito no meio da campina ou atrás de um arbusto. Quanto mais ela se recusasse mais excitado ele ficava, com plena potência (...). Mas em casa, na sua própria cama, era totalmente destituído de desejo (Krafft-Ebing, 2000 [1886], p. 21).

Por que este paciente, entre tantos, mereceu o mais específico diagnóstico de ‘perverso’? O que nele se apresenta como a essência do campo da perversão, já que não é um desvio nem quanto à genitalidade nem quanto à procriação? Não nos ajuda, tampouco, o recurso à dimensão quantitativa: a impotência neste caso

não é uma simples anestesia, já que depende de circunstâncias bastante específicas. Como havia reservado a qualidade de ‘perversas’ às excitabilidades suscitadas por estímulos inadequados, Krafft-Ebing se depararia aqui com a impossível tarefa de argumentar cientificamente pela adequação do estímulo ‘cama’ e a inadequação do estímulo ‘passeio pelo campo’.

É claro que o problema é outro: o que se insinua, através do *forçar ao coito* e do fato de a resistência da vítima acentuar a excitação, é a dimensão bizarra quanto à sexualidade ideal que dá consistência conceitual ao diagnóstico de perversão. O que define a patologia, neste caso bastante preciso, parece não ser outra coisa que não, *grosso modo*, o desprezo à alteridade ou o prazer na dominação.

A influência da moralidade aparecia de forma bem crua na maioria das descrições: Krafft-Ebing escreve que o protagonista do caso 15, por exemplo, em determinado momento “apresentou inclinação para o mal” (Ibid., p. 22), e que o do caso 18 “desde a mais tenra infância, tinha uma natureza ruim” (Ibid., p. 24). Esta influência não pôde ser tematizada explicitamente pelo autor – se o fosse entraria em contradição com seu viés positivista, científico – mas conduzia, não obstante, sua nosografia. Este estranho estado de coisas devia sua sustentação, de fato, aos propósitos práticos a que servia.

O saber supõe que se abstraia a moral: fora de qualquer referência a normas de ética social, como poderia a ciência continuar a ser ciência, sem jogar perpetuamente um jogo duplo, instaurando fraudulentamente um moralismo com pretensões de objetividade? (Lanteri-Laura, 1994 [1979], p. 18).

Há uma série de casos agrupados sob o curioso diagnóstico de *assassinato por luxúria* nos quais a psicopatologia sexual oitocentista revela sua estreita vinculação com o campo jurídico. Estes casos, 13 no total, compartilham certas características. Uma delas, decorrente da influência da moralidade, é a ênfase na crueldade em detrimento do que é considerado sexual no resto dos casos. Em alguns chega a ser difícil perceber o que há de luxúria nos assassinatos descritos. No caso 17, aliás, o de Jack, o Estripador, Krafft-Ebing admite que

nada indica que ele mantivesse relações sexuais com suas vítimas, mas é muito provável que o ato homicida e a subsequente mutilação dos cadáveres fossem *equivalentes* do ato sexual (Krafft-Ebing, 2001 [1886], p. 23, grifo meu).

É interessante perceber que uma ampliação da noção de sexualidade, tão combatida quando proposta um pouco mais tarde por Freud de forma muito mais detalhada, extensa e consistente, já está antecipada aqui sem maiores explicações, e não se constitui como um problema.

A diferença, há que se perceber, é tão sutil quanto decisiva. A intuição de Krafft-Ebing incluía o assassino entre os desviantes sexuais para tornar a infração uma categoria diagnóstica, às custas de uma vinculação confusa com a sexualidade não-genital. A impressão é que o sexual como entendido então, na maioria dos casos, é mero coadjuvante, e o mais importante acaba sendo a delimitação de um campo de anormalidade moral. Um campo médico, sexual, mas difuso o suficiente para que a medicina pudesse tomar como objeto terapêutico, entre outros, qualquer tipo de infração legal, mas restrito o suficiente para que se diferenciasse decisivamente de seu oposto, o campo da normalidade, assim preservando-o.

A ênfase na crueldade em detrimento do sexual aponta então para a heterogeneidade empírica em que se baseou o termo ‘perversão’, e para como seu valor se apoiou na possibilidade de delimitar um campo de exclusão social, de anomalia. É isto, e não a sexualidade, o que perpassa implicitamente todos os casos de Krafft-Ebing, do “delírio erótico”, ao “aviltamento de mulheres”, da “homossexualidade” ao “canibalismo”, passando por coisas como “metamorfose psicosexual”, “bolinagem” e “insanidade periódica”. A perversão vai de Jack o Estripador a “impulsos perversos” tais como “rir de coisas sérias, jogar dinheiro na água e correr sob uma chuva torrencial” (caso 32, Ibid., p. 39).

Outra característica é que cinco dos ‘assassinatos por luxúria’ começam pela descrição das vítimas, ao contrário da totalidade dos casos com outro diagnóstico, que se iniciam pela caracterização do “protagonista”. O caso 18 é exemplar:

Em 31 de agosto de 1895, o pastor Portalier, 17 anos, foi encontrado nu no campo. O ventre estava estripado e o corpo apresentava ainda outros ferimentos. A autópsia mostrou que a vítima fora primeiro estrangulada. Em 4 de agosto de 1897, um vagabundo chamado Vacher, foi detido como suspeito (Ibid., p. 23).

O texto é bastante literário para um tratado científico: parece ter saído, mais especificamente, de um noticiário policial. E policial é um termo-chave: começa a ficar claro que a definição de patologia se adapta a finalidades jurídicas. Basta

perceber o quanto o autor está preocupado com a imputabilidade dos casos analisados: “Vacher tinha plena consciência quando cometeu essas atrocidades” (caso 18, Ibid., p. 23); “planejou seus atos horríveis com tanto cuidado que ficou dez anos sem ser descoberto” (caso 22, Ibid., p. 30); “na época do crime estava de fato consciente, mas não pensou no que estava fazendo” (caso 215, Ibid., p. 278). É um discurso clínico que valoriza a lucidez e a presença, ou a ausência de um sentimento de culpa, por estarem estes fatores se tornando, àquela altura, decisivos em um tribunal.

O artigo 64 do Código Penal francês de 1810, por exemplo, dizia “que não há nem crime nem delito, se o indivíduo estiver em estado de demência no momento do ato” (Foucault, (2001 [1974-1975]), p. 23). Neste contexto, “quem diz lucidez diz consciência, diz não-demência, diz imputabilidade, diz aplicabilidade da lei” (Ibid., p. 158). Por outro lado, o artigo também estabelecia que não há crime quando o réu “foi coagido por uma força à qual não pôde resistir” (Ibid., p. 36, nota 29). Esta força pôde progressivamente ser referida a algo interno à medida que se desenvolvia o conceito de instinto como impulso irresistível (Ibid., p. 349). Daí a presença de um sentimento de culpa tornar-se um argumento valioso para a defesa indicar que algo no réu fizera resistência ao impulso criminoso e falhara: era preciso apresentar o réu “como uma consciência moral inteiramente diferente do ato que ela cometeu” (Ibid., p. 159).

Tornara-se importante para o médico assinalar, por exemplo, que o protagonista do caso 21 “nunca tivera dor de consciência (...). Não havia vestígio de senso moral, remorso ou algo do gênero” (Krafft-Ebing, 2000 [1886], p. 29). Um esboço de diagnóstico diferencial que incide precisamente sobre a questão da culpa, ainda, é encontrado no caso 223. O sujeito em questão “apunhalou e matou a esposa enquanto esta dormia e estrangulou as duas filhas, uma de 7 anos e outra de 6 semanas” (Ibid., p. 285). Ele escapa, no entanto, à condenação moral e o que parece mais decisivo para isto é a presença de culpa: “sua dor e contrição a respeito do delito deram provas suficientes da ausência de qualquer defeito moral. Sua condição moral foi declarada sadia” (Ibid., p. 286).

Chama a atenção também a importância que os veredictos judiciais adquirem nos relatos: “A. foi executado” (caso 16, Ibid., p. 23); “V. foi sentenciado à morte” (caso 18, Ibid., p. 26); “escutou sua sentença de morte com indiferença e foi executado” (caso 19, Ibid., p. 26).

Os laços do sistema de Ebing com as questões jurídicas apontam para o quanto a medicina teve que se distanciar da vocação clínica de seus critérios de avaliação para agregar sujeitos infratores a seus objetos de intervenção. É como se a anamnese destes sujeitos começasse pela turbulência que causaram no tecido social. Suas histórias de vida serão retrospectivamente descritas tendo a turbulência como norte. Eles não falam, nem mesmo através de seus atos, já que quem os interpreta parte de uma identificação com a vítima e chega, no final da descrição, a uma identificação com o juiz. Esta nova função do médico, a de juiz, aparece também com bastante evidência no discurso de Krafft-Ebing: chega a chamar de “monstro” um de seus casos (caso 216, Ibid., p. 279); escreve, a respeito de outro, que “infelizmente, permitiram que ele saísse impune” (caso 18, Ibid., p. 25). Comemora, também, o desfecho do caso 216 da seguinte forma:

O parecer do médico do instituto confirmou a idiotia de K., tornando-o irresponsável pelo delito. (...) A partir desse relatório, K. foi internado pelo resto da vida num manicômio. Pelos incansáveis esforços de um bravo advogado, a corte foi poupada de cometer um assassinato judiciário, e a honra da sociedade foi preservada (Ibid., p. 279-280).

Um final, percebe-se, que só é feliz de um ponto de vista jurídico. A clínica tornava-se um mero detalhe, se o relato de um caso terminava resolvendo-se em uma internação vitalícia. Mais importante do que tratar era construir os critérios de separação entre o joio e o trigo que permitiriam assegurar um lugar permanente para a medicina no poder judiciário.

Daí resultou, no final das contas, a separação entre os bons e os maus perversos, e a psiquiatria leiga se afigura, sem grande respeito humano, uma espécie de juízo final médico, onde à esquerda eram dispostos os bodes expiatórios e, à direita, as ovelhas (Lanteri-Laura, 1994 [1979], p. 45).

A terceira característica dos ‘assassinatos por luxúria’ desvenda como este saber mantém seu estatuto médico-científico, resguardando-se de uma total assimilação às contingências e pontualidades das questões judiciais. Como, em um tratado de psicopatologia, entre casos de sadismo, masoquismo e outros “ismos” – termos que indicam estruturas, ou estados razoavelmente constantes –, figuram em pé de igualdade estes sujeitos capturados por seu(s) ato(s)? Vê-se o assassinato servindo como ponto de suporte principal do diagnóstico, um ato

estendido, não obstante seu caráter pontual, ao sujeito como um todo, para que este pudesse continuar sendo um objeto para a psiquiatria. Definido por suas vítimas e seus atos “vis” e “horríveis” (termos recorrentes nas descrições de Krafft-Ebing), torna-se uma figura improvável, que exige a transformação de atos criminosos em estruturas de caráter. Esta vinculação, algo precária, era cimentada pela referência a estigmas, características físicas que remetiam a uma dimensão monstruosa.

O que se busca, para demonstrar que se trata de alguém psiquiatrizável (...) não é um processo, mas estigmas permanentes que marcam estruturalmente o indivíduo. (...) O ato e os estigmas se referem – uns e outros, e de certo modo no mesmo plano, mesmo se sua natureza é diferente – a um estado permanente, a um estado constitutivo, a um estado congênito. As dimorfias do corpo são, de certo modo, as conseqüências físicas e estruturais desse estado, e as aberrações de conduta (...) são suas conseqüências instintivas e dinâmicas (Foucault, 2001 [1974-1975], p. 379-380).

As dimorfias estão, de fato, presentes na *Psychopathia sexualis*. Do protagonista do caso 236, por exemplo, diagnosticado como ‘mania homicida’, “o rosto era (...) assimétrico; o lado direito da face mais desenvolvido que o esquerdo; o nariz ‘notavelmente irregular’(...)” (Krafft-Ebing, 2000 [1886], p. 299). Nos casos 216 e 217 (que são ‘assassinatos por luxúria’) também aparecem assimetria e desproporção: o primeiro tinha uma “cabeça anormal, arredondada” (Ibid., p. 280) e o segundo

Era um homem alto (mais de 1,80 m), ligeiramente encurvado para a frente. Testa baixa, ossos malares muito proeminentes, osso maxilar maciço; olhos pequenos, estreitos e inflamados, olhar penetrante; pés grandes, mãos como garras de pássaro, andar bamboleante (Ibid., p. 280).

Em resumo, o campo psiquiátrico da perversão que inicialmente inspirou Freud era bastante comprometido com demandas jurídicas e produziu uma entidade nosográfica estrutural baseada na convergência entre crueldade e desvio da genitalidade. As parestesias convivem de forma confusa com a monstruosidade, e o resultado desse estudo acaba sendo não simplesmente uma psicopatologia sexual, mas a construção de

um certo personagem que foi oferecido, de certo modo, ao aparelho judiciário, um homem incapaz de se integrar ao mundo, que gosta da desordem, que comete atos

extravagantes ou extraordinários, que odeia a moral, que renega as leis desta e pode chegar ao crime (Foucault, 2001 [1974-1975], p. 22).

Essa figura, enfim, *grosso modo*, é o perverso em sua origem. Cabe nos perguntarmos o quanto nos comprometemos com esta lógica ao re-instaurarmos a perversão como uma categoria diagnóstica em psicanálise.

Para Foucault, a este respeito, a psicanálise é uma “grande tecnologia da correção e da normalização da economia dos instintos” (Ibid., p. 167) e como tal chega a figurar ao lado da eugenia. Lanteri-Laura, por sua vez, enfatiza a continuidade entre Freud e seus predecessores e alerta que sua obra não é incompatível com a “restauração de um neo-moralismo (...) que se fundamenta na primazia do estágio genital, transformado em norma, e norma científica” (Lanteri-Laura, 1994 [1979], p. 134).

No entanto, a partir do viés clínico de Freud, algumas tensões se delineiam, colocando em questão a compatibilidade entre a teoria e prática psicanalíticas e o próprio termo ‘perversão’.

A incompatibilidade entre a figura histórica do perverso e a psicanálise foi observada por Robert Barande (1980), especificamente em seu artigo *Poderemos nós não ser ‘perversos’? Psicanalistas, ainda mais um esforço!*. Barande coloca a hipótese de que “não existe nenhum lugar de discurso donde o psicanalista possa falar sobre a ‘perversão’ sem que se negue enquanto psicanalista” (Barande, 1980, p. 160). Segundo o autor, teorizar, descrever a perversão é algo que pertence à clínica psiquiátrica, à medicina legal ou simplesmente a um discurso moralizador (Ibid., p. 170).

Parece ser a história de uso do vocábulo, a influência das práticas que o fundamentaram, o que se insinua sempre que se tenta delimitar e sistematizar uma estrutura perversa. É o que Barande sugere: o psicanalista, quando tenta fazê-lo, não pode evitar se distanciar de seu lugar privilegiado, “sua implicação no processo psicanalítico no qual participa totalmente empenhado na imediatez dos seus afetos” (Ibid., p. 170). Este distanciamento, essa assunção do “discurso (...) do terceiro observador” (Ibid., p. 170) – própria, talvez, a qualquer teorização – torna-se dramática quando se trata de perversão, porque a quarta entidade à qual nos endereçamos não é mais constituída simplesmente por nossos pares, mas adquire o estatuto de “testemunha representando o *socius*” (Ibid., p. 170). Além

disso, os termos deste discurso aparentemente neutro não deixam de ser disfarçadamente superegóicos (Ibid., p. 170).

Os fatores normalmente reconhecidos como determinantes para especificar uma estrutura perversa em nome da lei (...) remetem para critérios exteriores, numa espécie de “projeções”, cujo rigor assenta unicamente no sistema de valores pelo qual se equilibram os observadores (...). O conceito de estrutura perversa encontra-se dessa forma assente sobre o preconceito da própria investigação, que, pelo contrário, o deveria demonstrar (Ibid., p. 166).

A teorização da perversão estaria estrangida por uma

terminologia elaborada p[elo] homem ‘normal’ para estigmatizar os seus próprios desvios interiores, projetando-os sobre um suporte exterior localizável e detectável no tempo e no espaço (Ibid., p. 170).

O autor lembra ainda que o que fundamenta o campo semântico do termo perversão é uma “moral que nada evoluiu desde a época em que, precisamente, [se] podia acusar Freud de perversão na sua condução das curas e na sua teoria” (Ibid., p. 171). Levanta ainda uma polémica ao apresentar um dos corolários do paradoxo da perversão em psicanálise, sugerindo que “a preocupação de ‘controle’ e ‘supervisão’ no recrutamento de futuros analistas é motivada pela necessidade de detectar... os perversos!” (Ibid., p. 171).¹

O argumento central do texto, que me interessa mais especificamente, é que a delimitação de uma estrutura perversa contribui para calar o escândalo da descoberta de Freud sobre o papel da sexualidade (Barande, 1980, p. 170). O que Barande nos permitirá fazer é inverter a lógica que motiva tal delimitação: ao invés de perceber a ausência de uma estrutura perversa na obra de Freud como uma falha, uma deficiência teórica ou, como sugeri, um ponto cego, podemos tentar ler este silêncio como uma das suas mais originais contribuições.

É notável que, para Freud, a “perversão” nunca tenha sido um *problema* enquanto conceito psicopatológico; ao longo de toda a sua obra evocou-a apenas

¹ Algo parecido, a meu ver, é exemplificado por um trecho que particularmente me incomoda num livro de outro modo interessante: “é certo que há analistas perversos, tal como há analistas psicóticos. E todo mundo concorda em ansiar por que haja o menor número possível deles” (André, 1995 [1993], p. 18). Aparentemente perversão e psicose não são só entidades diagnósticas, mas também os estratos mais baixos de uma certa hierarquia de valores.

ocasionalmente, mesmo nos grandes momentos da sua elaboração teórica (Ibid., p. 161, grifo meu).

Se, como defende o autor, Freud usa o termo perversão “*simplesmente retoma[ndo] a terminologia psiquiátrica em uso*, como designação fenomenológica cômoda” (Ibid., p. 163), não será esta ausência de uma estrutura perversa uma decidida resistência à tradição que herdou, ou um índice da descontinuidade entre Freud e seus predecessores?

Que pese ainda o fato de o vocábulo ‘perversão’ ter tido lugar central em partes de sua obra, por exemplo, nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Como argumenta Barande,

se Freud não tinha tido nada a dizer sobre uma estrutura perversa, é precisamente porque tinha dito muito sobre a sexualidade do homem “normal”, e muito explicitamente: que ela era fundamentalmente... “perversa” (Ibid., p. 170).

Persegurei então esta hipótese, a saber: que a maior contribuição de Freud quanto à perversão (conceito que herdou da psiquiatria pré-psicanalítica) foi subvertê-la, equivocando o campo semântico do termo o suficiente para que se tornasse tão difícil quanto inútil a delimitação de uma estrutura diagnóstica especificamente perversa. O vocábulo, aparecendo ao longo da obra de Freud exclusivamente na acepção mais estritamente sexual, não é exatamente ratificado como campo de exceção à primazia genital, é notavelmente preterido em relação aos termos ‘neurose’ e ‘psicose’ em seu último esboço nosográfico, e tampouco aparece como sinônimo de malignidade. Vejamos em detalhes cada uma destas mudanças.

3 Uma genitalidade incerta

A moral sexual – como é definida pela sociedade (...) – parece-me muito desprezível. Defendo uma vida sexual incomparavelmente mais livre.
(Freud, 1915)¹

Uma das possíveis definições de perversão na psicanálise contemporânea baseia-se na salvaguarda da genitalidade como elemento definidor do que seria sexualidade normal, e, no sentido moral, desejável. É o tipo de leitura que faz, por exemplo, Chasseguet-Smirgel (1991) em *Ética e estética da perversão*. A autora defende que a “tentação perversa” (Chasseguet-Smirgel, 1991, p. 104) é “considerar os desejos e satisfações pré-genitais (...) como tão *válidos* ou mesmo mais *válidos* do que os desejos e satisfações genitais” (Ibid., p. 104, grifo meu). Ou ainda, que “realmente, o perverso (...) vive na *ilusão* de que a pré-genitalidade é igual ou superior à genitalidade” (Ibid., p. 113).

Este critério de demarcação da perversão, bastante oitocentista, mostra as conseqüências que carrega: Chasseguet-Smirgel acaba por ratificar idéias pré-freudianas ao exaltar, como parte dos “*valores genitais em geral*” (Ibid., p. 296, grifo meu), “o pênis genital do pai e seus *poderes procriadores*” (Ibid., p. 295-6, grifo meu) e “a complementaridade genital dos sexos entre si” (Ibid., p. 296). Em suma, a autora crê ser “muito banal e totalmente admissível” (Ibid., p. 100-101) que haja, “na própria base dos processos vivos, um *instinto de procriação*” (Ibid., p. 100, grifo meu). A recusa de tais “valores genitais”, tão simplesmente, “é comum às perversões. É em volta dela que a perversão se organiza” (Ibid., p. 296).

Em Freud, no entanto, as coisas não são tão simples. A obra principal sobre o assunto, *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1996 [1905]), continuou a ser revisada até 1920, e notas acrescentadas até 1924. Forma, assim, um panorama diacrônico privilegiado.

Os ensaios retratam, mesmo com os acréscimos posteriores, um Freud ainda às voltas com a sexologia oitocentista – não faltam referências ao ‘alvo sexual normal’, por exemplo –, mas o primeiro ensaio é também o texto onde o autor marca diferenças decisivas em relação a seus predecessores. A impressão –

¹ Em carta a James J. Putnam, citado em Gay (1989, p. 143).

comum em Freud – é a de que se está lendo um diálogo, e aqui um de seus interlocutores é justamente Krafft-Ebing (Freud, 1996 [1905], p. 128, nota 1). Este contexto resulta em que o vocabulário utilizado pareça hoje estar em certo contraste com a argumentação e as idéias que encerra. É neste vocabulário que incluo não só o termo ‘aberrações’ como também ‘desvios’ e... ‘perversões’.

Já no prefácio à terceira edição, de 1914, Freud reconhecia o caráter arbitrário de seu recorte: tais ensaios

não podem conter nada além daquilo que a psicanálise *precisa supor* (...). Exclui-se, portanto, a possibilidade de que algum dia se ampliem a ponto de constituir uma “teoria sexual” (Ibid., p. 124, grifo meu).

Parte de sua matéria-prima e de seus pressupostos, portanto, permanece exterior, emprestada de outras teorias, outras doutrinas ou mesmo do que chama de “opinião popular” (Ibid., p. 128). De dois destes pressupostos Freud se ocupa bastante no primeiro ensaio, decididamente no sentido de subvertê-los: o alcance limitado do que se considera ‘perversão’ e seu caráter patológico.

O texto, aliás, se inicia deixando claro que quem está na berlinda é a normalidade, a “suposta norma” (Ibid., p. 128). A idéia segundo a qual a pulsão sexual “seria exteriorizada nas manifestações de atração irresistível que um sexo exerce sobre o outro, e seu objetivo seria a união sexual” (Ibid., p. 128) é uma “imagem muito infiel da realidade” (Ibid., p. 128).

A complexificação das relações entre normalidade e perversão começa então a ser construída. Na seção onde discute os ‘invertidos’ (outro termo do vocabulário oitocentista), submerge-os – a partir de sua experiência clínica – em um verdadeiro tecido de contingências:

O traço da inversão pode vir de longa data no indivíduo, até onde sua memória consegue alcançar, ou só se ter feito notar em determinada época, antes ou depois da puberdade. Esse caráter pode conservar-se por toda a vida, ou ser temporariamente suspenso, ou ainda constituir um episódio no caminho para o desenvolvimento normal; e pode até exteriorizar-se pela primeira vez em época posterior da vida, após um longo período de atividade sexual normal. Observou-se também uma oscilação periódica entre o objeto sexual normal e o invertido. Particularmente interessantes são os casos em que a libido se altera no sentido da inversão depois de se ter uma experiência penosa com o objeto sexual normal (Ibid., p. 130).

Se essa manifesta variedade vinha motivando teorizações como, por exemplo, o desenho de uma cartografia para a ‘inversão’ que estabelecesse uma fronteira entre o verdadeiro e o falso homossexual² matizada pelo grau de degeneração envolvido, Freud prossegue no sentido oposto: se o maior candidato a ‘invertido verdadeiro’ no trecho supracitado é aquele no qual a ‘inversão’ vem “de longa data, até onde sua memória consegue alcançar” (Freud, 1996 [1905], p. 130), uma nota de rodapé que data ainda de 1905 adverte que

as indicações autobiográficas dos invertidos sobre o aparecimento temporal de sua tendência à inversão não são fidedignas, já que eles podem ter desalojado da memória, por recalçamento, a prova de sua sensibilidade heterossexual (Ibid., p. 130, nota 2).

De fato, a inversão, uma simples “peculiaridade” (Ibid., p. 130), transcende e independe da questão patológica. Dissociada da degeneração, uma noção tão ampla quanto pejorativa – Freud a chama de um “juízo” (Ibid., p. 131) –, a inversão será encontrada “em pessoas cuja eficiência não está prejudicada e que inclusive se destacam por um desenvolvimento intelectual e uma cultura ética particularmente elevados” (Ibid., p. 131) ou ainda, na Grécia antiga, como “um fenômeno freqüente, quase que uma instituição dotada de importantes funções” (Ibid., p. 132). O ponto de vista patológico é assim deslocado, deixando em seu lugar um dado apenas clinicamente relevante: o fato de o sujeito sentir “o fato de sua inversão” como uma compulsão patológica ou não (Ibid., p. 130).

Junto com a degenerescência, deixa para trás em seguida a explicação baseada no hermafroditismo anatômico, restando deste, no entanto, a possibilidade de que haja, em nível psíquico, uma “predisposição originariamente bissexual” (Ibid., p. 134). Esta será estendida a todos os seres humanos, como indica a nota de 1915 que fecha as considerações sobre a inversão:

A investigação psicanalítica opõe-se com toda a firmeza à tentativa de separar os homossexuais dos outros seres humanos como um grupo de índole singular. Ao estudar outras excitações sexuais além das que se exprimem de maneira manifesta, ela constata que todos os seres humanos são capazes de fazer uma escolha de objeto homossexual e que de fato a consumaram no inconsciente (Ibid., p. 137, nota 1).

² Não posso deixar de perceber que na psicanálise contemporânea algo análogo aparece: André (1995 [1993]), pelo menos, esforça-se em criar critérios para um diagnóstico diferencial entre uma homossexualidade histórica e uma homossexualidade perversa.

O que Freud extrai da discussão, então, é a tarefa mais importante de “afrouxar o vínculo que existe em nossos pensamentos entre a pulsão e o objeto” (Ibid., p. 140). Diferente de Chasseguet-Smirgel (1991), pois, indica que

no sentido psicanalítico (...) o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é também um problema que exige esclarecimento, e não uma evidência indiscutível que se possa atribuir a uma atração de base química” (Freud, 1996 [1905], p. 138, nota 1).

Em seguida passa da bissexualidade à radical contingência de alvos e objetos da pulsão sexual na seção seguinte, dedicada a “animais e pessoas sexualmente imaturas como objetos sexuais” (Ibid., p. 140).

Dos invertidos – que “afiguram-se ao observador como uma coletânea de indivíduos talvez bastante válidos em outros aspectos” (Ibid., p. 140) – aos “desde logo encarados como aberrações” (Ibid., p. 140), seu propósito continua sendo o de argumentar contra a, digamos, segregação teórica dos assim chamados perversos: “por motivos estéticos de bom grado se atribuiriam estas e outras aberrações graves da pulsão sexual à loucura, mas isso não é possível” (Ibid., p. 140). O termo ‘loucura’, é bom esclarecer, não era o predecessor do campo específico da psicose, distinto do da perversão. Freud não está separando psicose e perversão, mas fazendo a perversão deslizar na simples “escala que vai da saúde à perturbação mental” (Ibid., p. 141). As forças que a mantêm em um dos pólos – o da perturbação, da loucura – são meramente estéticas.

O que Freud valoriza a respeito continua sendo simplesmente a plasticidade da pulsão: “o fato de ela admitir tão ampla variação e tamanho rebaixamento de seu objeto” (Ibid., p. 140). Rebaixamento, por sua vez, que só ganha importância como tal por razões culturais. Ao contrário dos gregos antigos, “nós menosprezamos a atividade pulsional em si e só permitimos que seja desculpada pelos méritos do objeto” (Ibid., p. 141, nota 1). Mesmo assim, a flexibilidade da pulsão sobrevive às sanções culturais, o que se evidencia, por exemplo, na frequência das relações sexuais com animais entre os camponeses (Ibid., p. 140). De forma geral, “muitos são os anormais na vida sexual que, em todos os outros pontos, correspondem à média, e que passaram pessoalmente pelo desenvolvimento cultural humano” (Ibid., p. 141).

Terminando suas considerações sobre os objetos sexuais com a convicção de que “o essencial e constante na pulsão sexual é alguma outra coisa” (Ibid., p. 141), já que é bastante freqüente que “a índole e o valor do objeto sexual pass[em] para segundo plano” (Ibid., p. 141), Freud passa aos alvos sexuais (ações para as quais a pulsão impele), onde a fronteira entre perversão e normalidade fica ainda mais tênue. É que muito do que é considerado ‘perversão’ torna-se normal desde que se apresente como um alvo sexual preliminar ao coito. E o que é considerado preliminar são na verdade atividades que “trazem prazer em si mesmas” (Ibid., p. 141). Beijar, tocar e olhar, por exemplo. Por sinal, é digno de nota, como testemunho de uma certa contingência histórica no que se convencionou chamar de ‘perversão’, que “o uso da boca como órgão sexual” fosse em 1905, tão simplesmente, “considerado como perversão quando os lábios (língua) de uma pessoa entram em contato com a genitália de outra” (Ibid., p. 143).

O que a discussão sobre os alvos sexuais produz em termos teóricos é um interesse específico por um conflito mais amplo, que suplanta a delimitação da fronteira perversão/normalidade, condicionando-a: a oposição entre as forças de supervalorização e de asco.

A supervalorização é a força que “não suporta bem a restrição do alvo sexual à união dos órgãos genitais propriamente ditos” (Ibid., p. 142). Essa força, responsável pelo que tradicionalmente se diria serem ‘desvios’ do alvo sexual ‘normal’ (será assemelhada progressivamente à pulsão em si), é também, no entanto, a fonte da “credulidade do amor” (Ibid., p. 142), do que só pode ser entendido como a mais corriqueira paixão romântica: “uma cegueira lógica (enfraquecimento do juízo) perante as realizações anímicas e as perfeições do objeto sexual” (Ibid., p. 142). Através disso, a supervalorização seria também a fonte de qualquer atitude de submissão à autoridade (Ibid., p. 142).

O asco, por sua vez, mesmo sendo, como contraponto da supervalorização, um dos responsáveis pela *restrição* do alvo sexual, não é exatamente um normatizador da sexualidade. Freud insinua que o asco é um critério intuitivo para decidir que práticas sexuais são aceitáveis e quais são perversas: quem “detesta” (Ibid., p. 143) determinadas práticas “por considera-las perversões” (Ibid., p. 143) está cedendo “a um claro *sentimento de asco*” (Ibid., p. 143). No entanto, além de ser puramente convencional – “aquele que beija com ardor os lábios de uma bela jovem talvez usasse com asco a escova de dentes dela” (Ibid., p. 143) –, tem

também seu aspecto patológico, estando sujeito a excessos paradoxais: “os genitais do sexo oposto, em si mesmos, podem constituir objetos de asco, e (...) esse comportamento é uma das características de todos os histéricos” (Ibid., p. 143-144). Mesmo quando discute o “uso sexual do orifício anal” (Ibid., p. 144), não deixa de relativizar a validade do asco como critério para nortear a delimitação dos ‘desvios’ sexuais:

É a repugnância que *apõe* nesse alvo sexual o *selo* da perversão. (...) A fundamentação desse asco no fato de tal parte do corpo servir à excreção e entrar em contato com o asqueroso em si – os excrementos – não é muito mais convincente do que a razão fornecida pelas moças histéricas para explicar seu asco ante o órgão genital masculino: que ele serve à micção (Ibid., p. 144, grifos meus).

A “supervalorização psicologicamente necessária do objeto sexual” (Ibid., p. 145) vai fazer a ponte para que Freud discuta o fetichismo. O tema deveria ter sido tratado ainda na seção sobre os desvios quanto ao objeto, “mas o adiamos até tomar conhecimento do fator da *supervalorização sexual*, da qual dependem estes fenômenos” (Ibid., p. 145). O fetichismo parece reivindicar um nicho próprio, mas um nicho que já transcende suficientemente qualquer intenção de delimitar uma fronteira entre perversão e normalidade.³ Neste sentido, é de se esperar que só viesse a ser discutido depois que Freud introduzisse a tensão mais generalizada, fundamentalmente humana, entre supervalorização e asco.

Assim, o fetichismo, “sumamente interessante” (Ibid., p. 145), vai poder ser relacionado, por exemplo, à religiosidade de povos antigos – “o fetiche em que o selvagem vê seu deus incorporado” (Ibid., p. 145) – ou, novamente, à paixão – “certo grau desse fetichismo costuma ser próprio do amor normal” (Ibid., p. 145) – ilustrada por um trecho de Goethe: “traz-me de seu regaço um lenço, por favor, uma liga que aplaque esta sede de amor” (Ibid., p. 146, nota 1).

O interesse no fetichismo que Freud considera patológico – quando “o anseio pelo fetiche se fixa (...) e se coloca no lugar do alvo sexual normal, e ainda, quando o fetiche se desprende de determinada pessoa e se torna o único objeto sexual” (Ibid., p. 146) – parece condicionado pela semelhança que o fetiche guarda com um sintoma neurótico. Em nota de 1920, sugere que

³ A singularidade dos mecanismos em ação no fetichismo será mais detidamente discutida adiante, a propósito do texto de 1927 a eles dedicado.

por trás da primeira lembrança do aparecimento do fetiche, há uma fase submersa e esquecida do desenvolvimento sexual, substituída pelo fetiche como que por uma “lembrança encobridora”⁴, e cujo resto e sedimento, portanto, o fetiche representa (Freud, 1996 [1905], p. 146, nota 2).

Na seção seguinte, “fixações de alvos sexuais provisórios” (Ibid., p. 147), Freud se debruça sobre a escopofilia, o exibicionismo, o sadismo e o masoquismo. Dos dois primeiros extrai considerações sobre os fundamentos do senso estético: “parece-me indubitável que o conceito do “belo” enraíza-se na excitação sexual” (Ibid., p. 148, nota 2). O interesse pela arte surge, pois, graças a um... desvio, que Freud começa a chamar ‘sublimação’ (Ibid., p. 148). Por sua vez, no sadismo e no masoquismo, que freqüentemente coexistem no mesmo indivíduo, Freud vai identificar “o contraste entre atividade e passividade (...) [que] pertence às características universais da vida sexual” (Ibid., p. 150), e que “pode reivindicar uma elevada significação teórica” (Ibid., p. 151) por apontar para o fenômeno universal da ambivalência (Ibid., p. 151, nota 4). A respeito do conflito entre supervalorização e asco, Freud acrescenta ao lado deste último a vergonha, como “força que se opõe ao prazer de ver” (Ibid., p. 149), e a dor, como resistência ao “exagero e fixação da atitude sexual passiva” (Ibid., p. 150).

Suas “considerações gerais sobre as perversões” (Ibid., p. 152) marcam um distanciamento teórico em relação àqueles que se inclinaram a “adjudicar-lhes o caráter de um sinal de degeneração ou doença” (Ibid., p. 152).

Em nenhuma pessoa sadia falta algum acréscimo ao alvo sexual normal que se possa chamar de perverso, e essa universalidade basta, por si só, para mostrar quão imprópria é a utilização reprobatória da palavra perversão (Ibid., p. 152).

O critério possível para demarcar o que há de patológico em determinada configuração da sexualidade é, então, seu grau de rigidez.

Na maioria dos casos podemos encontrar o caráter patológico da perversão, não no conteúdo do novo alvo sexual, mas em sua relação com a normalidade. Quando a perversão não se apresenta *ao lado* do alvo e do objeto sexuais normais (...) mas antes suplanta e substitui o normal em todas as circunstâncias, ou seja, quando há nela as características de *exclusividade* e *fixação*, então nos vemos autorizados, na maioria das vezes, a julgá-la como um sintoma patológico (Ibid., p. 152-153).

⁴ Idéia desenvolvida por Freud em um texto de 1899 a propósito de uma peculiaridade bastante freqüente das recordações de seus pacientes psiconeuróticos (Freud, 1996 [1899]).

O último tema do primeiro dos três ensaios fortalece a impressão de que a perversão como era até então entendida está sendo universalizada, ou melhor, disseminada: trata-se da investigação explícita da relação entre neurose e perversão. A célebre fórmula que introduz, “*a neurose é, por assim dizer, o negativo da perversão*” (Ibid., p. 157), faz Freud esboçar, por algumas páginas, um novo vocabulário, referindo-se às perversões e neuroses como, respectivamente, “perversões positivas e negativas” (Ibid., p. 159), insistindo assim na grande semelhança de moções pulsionais e processos em curso no que vinha sendo denotado por cada um dos termos. Quando se refere às “inclinações perversas que reivindicam para a cavidade bucal e para o orifício anal um sentido sexual” (Ibid., p. 160), aliás, os exemplos cabem à histeria, uma neurose.

A fórmula tem uma direção precisa: não é a perversão que é o negativo da neurose, mas o contrário (Barande, 1980, p. 164). A ordem dos termos indica, por um lado, que a apropriação que Freud fez do termo ‘perversão’ esteve a serviço de sua investigação das neuroses. Por outro lado, o que é mais importante, que diluía a ‘perversão’ em um fundo pulsional de pura possibilidade, de onde poderiam originar-se tanto as neuroses quanto qualquer normalidade.

Assim, termina o ensaio insistindo na fluidez da demarcação entre patologia e normalidade. Para desfazer a impressão de que, “em virtude de sua predisposição, os psiconeuróticos aproximam-se estreitamente dos perversos em sua conduta sexual e se distanciam dos normais na mesma medida” (Freud, 1996 [1905], p. 161), sugere que “um grande abalo na vida talvez provoque a neurose até mesmo numa constituição corriqueira” (Ibid., p. 161), e conclui:

Ao demonstrar as moções perversas enquanto formadoras de sintomas nas psicose neuroses, aumentamos extraordinariamente o número de seres humanos que poderiam ser considerados perversos. Não é só que os próprios neuróticos constituam uma classe muito numerosa, há também que levar em conta que séries descendentes e ininterruptas ligam a neurose, em todas as suas configurações, à saúde (...). Assim, a extraordinária difusão das perversões força-nos a supor que tampouco a predisposição às perversões é uma particularidade rara, mas deve, antes, fazer parte da constituição que passa por normal. (...) há sem dúvida algo inato na base das perversões, mas esse algo *é inato em todos os seres humanos* (Ibid., p. 162).

O final do primeiro ensaio deixa muito clara a posição de Freud quanto à teorização das perversões. Por mais explícita e enfática que tenha sido sua crítica ao uso pejorativo do termo e à pressuposição de uma relação direta entre desvio

do ‘normal’ – da genitalidade a serviço da reprodução – e patologia, a novidade que este momento inaugura pôde ser bastante negligenciada: ela é particularmente obscurecida e re-significada pela teoria do desenvolvimento psicossexual que motiva o ensaio seguinte.

O segundo ensaio percorre a sexualidade infantil, partindo da curiosa amnésia que envolve este período na maioria das pessoas. “Amnésia semelhante à que observamos nos neuróticos em relação às vivências posteriores, e cuja essência consiste num mero impedimento da consciência (recalcamento)” (Ibid., p. 165). A semelhança irá adiante, posto que o recalcado em ambos os casos são moções pulsionais que estabelecem conflitos insolúveis. A infância, de fato, será desvendada como uma época bastante turbulenta, trágica até, quando a libido desde sempre presente trilhará os caminhos abertos pelos mais básicos e necessários cuidados – da amamentação ao asseio – elegendo zonas erógenas permanentes e esboçando soluções de satisfação que ora provocam sensações desprazerosas (Ibid., p. 168) ora re-ativam o onipresente perigo do desamparo através da perda de amor dos adultos significativos.

a história da primeira proibição com que a criança esbarra, a proibição de extrair prazer da atividade anal e de seus produtos, é decisiva para todo seu desenvolvimento. É nessa ocasião que a criaturinha deve pressentir pela primeira vez um meio hostil a suas moções pulsionais, aprender a separar seu próprio ser desse desconhecido e então efetuar o primeiro “recalcamento” de suas possibilidades de prazer. A partir daí, o “anal” permaneceria como símbolo de tudo o que deve ser repudiado, afastado da vida. A nítida separação posteriormente exigida entre os processos anais e genitais contradiz-se pelas estreitas analogias e ligações anatômicas e funcionais entre os dois (Ibid., p. 176, nota 1).

Os diques erguidos em função dos conflitos – asco, vergonha, moral – não impedem que algum grau de fixação em cada zona erógena se sustente por toda a vida. O erotismo oral, por exemplo, se tem seu ápice em determinada fase – a amamentação – persiste indefinidamente, o que atestam desde os distúrbios alimentares e “vômitos histéricos” (Ibid., p. 172) até simplesmente o gosto pelo beijo, pela bebida ou pelo fumo. A este respeito Freud explicita, em nota de 1920, que

Uma conseqüência inevitável dessas considerações é que devemos atribuir a cada indivíduo um erotismo oral, anal, uretral etc., e que a constatação dos complexos

anímicos correspondentes a estes não implica nenhum julgamento sobre anormalidade ou neurose (Ibid., p. 194, nota 1).

A propriedade de erotogenia, por sua vez, não é predestinada a zonas específicas: Freud a atribui, em nota de 1915, “a todas as partes do corpo e a todos os órgãos internos” (Ibid., p. 173, nota 1).

Algumas zonas serão privilegiadas pelo curso dos cuidados maternos, permitindo esboços de organização da pulsionalidade anárquica e auto-erótica, estabelecendo alguma comunicação entre impulsos primariamente alheios uns aos outros em seus esforços de satisfação e independentes de um objeto específico. Estes esboços de organização serão progressivamente associados a fases típicas do desenvolvimento: a organização oral, a anal-sádica, etc. “Estes estágios são designados pelas zonas erógenas cuja estimulação constitui a mais importante fonte da libido no período, por sua conexão com a função vital de maior relevância nesta etapa da vida” (Rudge, 1976, p. 44).

É a partir deste cenário que Freud aborda a atividade da zona genital. Ela deve à natureza, inicialmente, apenas a estimulação decorrente de sua ligação com a micção: “decerto não desempenha o papel principal nem pode ser a portadora das moções sexuais mais antigas” (Freud, 1996 [1905], p. 176). Fortalecida pela estimulação decorrente de “lavagem e fricção advindas dos cuidados com o corpo” (Ibid., p. 177)⁵, o alvo sexual a que mais freqüentemente se liga é, desde os primórdios da lactância, a masturbação, da qual só se deslocará pela influência da cultura.

A organização das pulsões sob a primazia genital é sempre algo problemática. A sinonímia entre genitalidade e saúde torna-se, de fato, bastante relativa diante das considerações decididamente críticas que Freud tece a respeito da cultura e da moral sexual. No terceiro dos ensaios já indica que “acima de tudo, há o entrave autoritário da sociedade” (Ibid., p. 216) entre os fatores que previnem a “inversão”. Bem mais tarde, em *O mal-estar na civilização* (Freud, 1996 [1930 [1929]]), escreve:

Quanto ao indivíduo sexualmente maduro, a escolha de um objeto restringe-se ao sexo oposto, estando as satisfações extragenitais, em sua maioria, proibidas como

⁵ Vale dizer que este talvez seja o mínimo denominador comum dos mais diferentes graus de uma possível posterior fantasmagoria de sedução por “adultos perversos”.

perversão. A exigência, demonstrada nessas proibições, de que haja um tipo único de vida sexual para todos, não leva em consideração as dessemelhanças, inatas ou adquiridas, na constituição sexual dos seres humanos; cerceia, em bom número deles, o gozo sexual, tornando-se assim fonte de grave injustiça (Freud, 1996 [1930 [1929]], p. 110).

Desde sua crítica da severidade excessiva da moral sexual é que Freud, por exemplo, fala em determinada prática *ser considerada* uma perversão, se refere às ‘*chamadas perversões sexuais*’ e nos conclama a “aprender a falar sem indignação sobre o que chamamos de perversões sexuais” (Freud, 1996 [1905 [1901]], p. 55).

Em 1917 Freud retoma o tema dos *Três ensaios* na vigésima de suas *Conferências introdutórias sobre psicanálise*, intitulada “a vida sexual dos seres humanos” (Freud, 1996 [1917 [1916-1917]a]). Segundo Strachey, “sobre as perversões, não há comentários mais inteligíveis do que aqueles encontrados nas Conferências XX e XXI” (Freud, 1996 [1916-1917 [1915-1917]], introdução do editor inglês, p. 17).

Pois bem, a vigésima conferência começa com uma provocação: “primeiro e acima de tudo, aquilo que é sexual é algo impróprio” (Freud, 1996 [1917 [1916-1917]a], p. 309). A ironia recai sobre a idéia, expressa por um “conceituado psiquiatra” (Ibid., p. 309), de que o parto não tem nada de sexual: “Muito certo”, diz Freud, “o parto não necessita, em todo caso, ser algo impróprio” (Ibid., p. 309).

É assim, denunciando a moralidade que permeia o campo do sexual – provocando seus interlocutores, que “se ofendem por eu gracejar com coisas tão sérias” (Ibid., p. 309) – que introduz o termo ‘pervertido’, entre aspas e seguido de um “poderíamos dizer assim” (Ibid., p. 310). O que o termo vinha delimitando era uma miscelânea de figuras estranhas, somente comparáveis a “monstros grotescos” (Ibid., p. 311). Longe de um diagnóstico, tratava-se na verdade de um “séquito” (Ibid., p. 311) onde se enfileiravam “pessoas enigmáticas” (Ibid., p. 312) e “coisas loucas, excêntricas e horríveis” (Ibid., p. 312). Não há descrição mais precisamente excessiva do campo da perversão; ele comparece, no entanto, apenas como ponto de partida para uma teoria das pulsões ou uma, digamos, psicopatologia da vida sexual cotidiana.

Argumenta que tais “impropriedades” não são raridades, mas “pelo contrário, estamos tratando de fenômenos muito comuns e difundidos” (Ibid., p.

312). Também não são simples aberrações ou desvios: se não as entendermos, “não poderemos nem mesmo entender a sexualidade normal” (Ibid., p. 313).

A respeito do homossexualismo, insiste que

a reivindicação que fazem os homossexuais ou invertidos de serem uma exceção desfaz-se imediatamente ao constataros que os impulsos homossexuais são encontrados invariavelmente em cada um dos neuróticos e que numerosos sintomas dão expressão a essa inversão latente (Ibid., p. 313).

Em seguida acrescenta que “isso não elimina as diferenças entre o homossexualismo manifesto e uma atitude normal; permanece a importância prática dessas diferenças, *mas seu valor teórico diminui muito*” (Ibid., p. 313, grifo meu). Pelo menos até a época das *Conferências*, então, não há interesse por parte de Freud em ratificar a validade teórica do campo de comportamentos sexuais objetivos que o termo ‘perversão’ é muitas vezes convocado a delimitar.

Na conferência seguinte, *O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais*, Freud (1996 [1917 [1916-1917]b]) estranha

O fato de essas perversões sexuais estarem sujeitas a uma condenação muito especial, que chegou mesmo a afetar a teoria e se opôs à avaliação científica delas. É como se ninguém pudesse esquecer que elas não são apenas algo repulsivo, mas também algo monstruoso e perigoso – como se as pessoas as sentissem como sedutoras e, no fundo, tivessem de sufocar uma secreta inveja daqueles que as experimentam (Freud, 1996 [1917 [1916-1917]b], p. 326).

A teorização das perversões é atravessada pela inveja, o que confirma que a sexualidade infantil, potencialmente perversa, só é superada depois de conflitos intensos e ao custo de ondas de recalcamientos que precisam ser mantidos em efeito ao longo da vida, mesmo nos casos em que o resultado final não é considerado patológico.

O reconhecimento do eterno conflito entre pulsões e sanções direciona, portanto, sua teorização em outro sentido: “na realidade, os pervertidos são, antes, uns pobres diabos, que têm de pagar extremamente caro pela satisfação que obtêm a duras penas” (Ibid., p. 326).

Por outro lado, já que as sanções são incapazes de suprimir totalmente as correntes colaterais do fluxo libidinal,

um ou outro traço de perversão raramente está ausente da vida sexual das pessoas normais. Pode-se alegar que até mesmo um beijo seria considerado ato pervertido, de vez que consiste na junção de duas zonas erógenas orais em vez de dois genitais (Ibid., p. 326-327)

O abismo entre normalidade e perversão é assim diminuído, através de suas raízes comuns na infância. O aspecto de rigidez dos alvos e objetos sexuais será novamente convocado para caracterizar a essência das perversões:

Reconheceremos, cada vez com maior nitidez, que a essência das perversões não está na extensão do objetivo sexual, nem na substituição dos genitais, e, mesmo, nem sempre na escolha diferente do objeto, mas sim unicamente na exclusividade com a qual se efetuam esses desvios *e em consequência dos quais* o ato sexual a serviço do objetivo de reprodução é posto de lado (Ibid., p. 327, grifo meu).

De fato, a diferença entre sexualidade pervertida e sexualidade infantil é justamente que a primeira é “muito bem centrada” (Ibid., p. 327): um dos instintos componentes assume predominância, submetendo os outros a seus propósitos (Ibid., p. 327). Ora, o passo lógico seguinte é reconhecer que a primazia genital, se muito estrita, se aproxima de uma perversão em seu caráter tirânico:

Nesse aspecto, não há diferença alguma entre sexualidade pervertida e normal, a não ser o fato de que seus instintos componentes dominantes e, conseqüentemente, seus fins sexuais são diferentes. Em ambas, pode-se dizer, estabeleceu-se uma bem organizada tirania, mas, em cada uma das duas, uma família diferente tomou as rédeas do poder. À sexualidade infantil, por outro lado, falando genericamente, falta essa centralização; seus instintos componentes separados possuem iguais direitos, cada um dos quais seguindo seus próprios rumos na busca de prazer (Ibid., p. 327-328).

Freud sugere inclusive que sejam considerados separadamente os casos em que a sexualidade adulta conserva um caráter anárquico – pulsões parciais persistindo em seus fins “independentemente uns dos outros” (Ibid., p. 328). Nestes casos, sugere, “é melhor falar em infantilismo da vida sexual, e não em perversão” (Ibid., p. 328).

Diante disto, novamente a naturalidade da primazia genital – pressuposto em função do qual os *desvios* e perversões se caracterizam como tais – entra em questão, fazendo contraste com seu caráter tirânico. A fisiologia não explica tal primazia: “mesmo o supremo prazer da união sexual apenas é um prazer do órgão,

vinculado à atividade dos genitais” (Ibid., p. 328). Portanto, “é apenas uma questão de órgãos genitais *versus* outros órgãos” (Ibid., p. 329).

Se a primazia genital é uma organização tirânica que depende de sanções sucessivas e compromissos possíveis diante de conflitos insolúveis – se “a vida sexual (...) não emerge como algo pronto” (Ibid., p. 332) – há que se repensar sua vinculação com a saúde.

A relativização moral do campo das configurações sexuais em adultos é decorrência da caracterização da sexualidade infantil como polimorfa e perversa. Se Freud continua a usar, em textos subsequentes, o “pouco lisonjeiro” (Freud, 1996 [1917 [1916-1917]a], p. 321) termo ‘perversão’, o primeiro ensaio e as conferências de 1917 deixaram marcado, já tão cedo, o quanto a psicanálise intenta subvertê-lo, encurralando tanto pretensões de torná-lo parte de uma nosografia quanto o paradoxal caráter moral que carrega. Em termos teóricos, a fórmula de 1905 – a neurose é o negativo da perversão – “*inscreve-se em oposição radical a toda a pretensão estrutural que não a estrutura comum do psiquismo humano*” (Barande, 1980, p. 164).

Esta postura de Freud fazia também muita diferença na clínica. O relato de um de seus casos, escrito em 1920 sob o título *Psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher* (Freud, 1996 [1920b]), nos fornece o maior exemplo disso. Trata-se de uma moça apaixonada por uma mulher, que chega a Freud por imposição do pai. A paixão não é tomada como problema pela moça, mas sim pelo pai, e as considerações que Freud tece a este respeito são bastante significativas.

No início do texto, avisa:

Sabe-se bem que a situação ideal para a análise é a circunstância de alguém que, sob outros aspectos, é seu próprio senhor, estar no momento sofrendo de um conflito interno, que é incapaz de resolver sozinho; assim leva seu problema ao analista e lhe pede auxílio (Freud, 1996 [1920b], p. 161).

O que difere disto – a demanda que vem do pai, neste caso em que “a tarefa a cumprir (...) [consiste] em transformar determinada variedade da organização genital da sexualidade em outra” (Ibid., p. 162) – será comparado por Freud a “situações como as de um proprietário em perspectiva, que ordena a um arquiteto construir-lhe uma vivenda de acordo com seus próprios gostos e exigências”

(Ibid., p. 161), situações que, acrescenta, “são, no fundo, incompatíveis com as condições necessárias à psicanálise” (Ibid., p. 161-162).

Note-se que, coerente com o primeiro ensaio, a homossexualidade não é nem mesmo tomada como uma inibição do desenvolvimento, mas sim como uma simples *variedade* da organização sexual. Se isto é bastante contraditório com a idéia de uma primazia genital que define a saúde psíquica através do apelo teleológico à preservação da espécie, tomo a própria contradição como índice do quanto pouco esta última idéia norteava Freud em sua prática clínica. Um índice, novamente, da independência entre a direção da cura em psicanálise e as múltiplas configurações possíveis da sexualidade.

A metáfora do proprietário, a este respeito, não poderia ser mais eloquente. Coloca-nos o problema de discernir, na clínica, as situações em que nos afastamos da psicanálise ao incorporarmos, nós mesmos, o proprietário e suas exigências – em última instância, quaisquer sanções sociais colocadas *a priori*. Não seria uma destas exigências, enfim, a primazia da genitalidade?

A própria noção de cura, em sua especificidade psicanalítica, deve ser levada em conta. É através de um outro exemplo que Freud nos chama a atenção para isto:

Ou então os pais esperam que curem seu filho nervoso e desobediente. Entendem por criança sadia a que nunca cause problemas aos pais, e nada lhes dê senão prazer. O médico pode conseguir a cura da criança, *mas, depois, ela faz o que quer com mais decisão ainda*, e a insatisfação dos pais é bem maior que antes (Ibid., p. 162, grifo meu).

Mesmo em casos em que a homossexualidade, por exemplo, apresentava-se como um conflito interno, e sua transformação em heterossexualidade constituía a demanda explícita,

o sucesso consistia essencialmente em facilitar o acesso ao sexo oposto (até então barrado) a uma pessoa restrita ao homossexualismo, restaurando assim suas funções bissexuais plenas. Depois, competia a ela escolher se desejava abandonar o caminho que é proibido pela sociedade (Ibid., p. 162).

Se me permitem uma vinheta clínica, lembro-me de um analisando que tentava, de forma recorrente, tornar-me o “proprietário”. Dizia ter certeza que todos os seus problemas derivavam de sua “homossexualidade” (termo que ele

próprio oferecia) e pedia-me que o indicasse “o caminho certo”. Eu, ao contrário, o provocava em sua relação com sua mãe, com quem vivia voluntariamente (ele contava então 51 anos de idade) não obstante adotar uma postura marcadamente ambivalente de submissão a ela. A submissão, por sua vez, restringia bastante sua vida social e sexual, esta última exercida exclusiva e compulsivamente através de idas a termas onde mantinha relações com outros homens. Certa vez me intimou a fazê-lo parar de ir às tais termas, pois esse era seu maior problema, e respondi que se fizesse isso estaria o ajudando a fechar a última porta que permanecia aberta em sua sexualidade.

No relato de Freud, vale dizer, não aparece o termo ‘perversão’. A respeito de diagnósticos, se Freud argumenta contra a caracterização do caso como neurose – “a jovem nunca fora neurótica e chegara à análise sem um único sintoma histérico” (Ibid., p. 167) – é para aproximá-lo da “vida ordinária” (Ibid., p. 177). Antes de interromper, ele próprio, o tratamento, Freud havia chegado a um ponto decisivo, onde “a batalha com as resistências irrompe a sério” (Ibid., p. 175), e aí se deparara, na verdade, com uma modalidade de resistência semelhante à encontrada em casos de neurose obsessiva (Ibid., p. 175).

É este seu vocabulário – neurose, sintoma, conflito, resistência. O precipitado oitocentista de que parte – representado pelos termos ‘homossexual’ e ‘inversão’ – será tornado bastante obsoleto pelo processo de análise. Isto fica claro quando coloca uma questão diagnóstica “estéril e despropositada” (Ibid., p. 166) que interessa a “leitores não versados em psicanálise” (Ibid., p. 165): “o caso provou ser homossexualismo congênito ou adquirido (desenvolvido posteriormente)?” (Ibid., p. 165).

Freud vai argumentar em favor das duas possibilidades, mas sua conclusão definitiva é que a própria formulação da questão dá relevo demais ao “aspecto (tipo de escolha de objeto) que é o único que impressiona o leigo” (Ibid., p. 182). Daí que “não compete à psicanálise solucionar o problema do homossexualismo” (Ibid., p. 182).

Quinze anos depois, uma demanda semelhante – feita por uma mãe a respeito de seu filho – será respondida por Freud, através de uma carta, ainda no mesmo espírito. Homossexualidade, escreve,

Não é nada de que tenhamos que ter vergonha. Não é vício, degradação e *não pode ser classificada como uma doença*. Consideramos a homossexualidade como uma variação da função sexual (...). O que a análise pode fazer por seu filho caminha numa linha diferente. Se ele é infeliz, neurótico, dilacerado por conflitos, inibido em sua vida social, a análise pode trazer-lhe harmonia, paz de espírito, plena eficiência, quer ele permaneça homossexual ou mude (Freud APUD Costa, 1995, p. 255, grifo meu).⁶

Em resumo, discerne-se tanto no relato clínico de 1920 quanto na carta de 1935 que, levado a sério, o primeiro dos três ensaios rompe com o uso anterior do termo ‘perversão’ para denotar comportamentos sexuais específicos. Mais do que isso, esboça um papel para o termo – referente à irreduzível pluralidade, em qualquer um, criança ou adulto, de destinos para a sexualidade – que é largamente incompatível com a função de rótulo para uma entidade diagnóstica psicanalítica, qualquer que seja.

3.1

Uma sexualidade atravessada por conflitos

Vale a pena percorrer as principais contribuições de Freud no tocante à pluralidade das organizações sexuais adultas e suas estreitas relações com conflitos universais da infância.

No artigo *Caráter e erotismo anal* (Freud, 1996 [1908a]), que Strachey diz ter causado “indignação e (...) assombro” (Freud, 1996 [1908a], p. 157) quando publicado, Freud investiga uma tríade de características que se apresentam, segundo sua experiência clínica, como um conjunto: a ordem – “abrange a noção de esmero individual (...) o escrúpulo no cumprimento de pequenos deveres e a fidedignidade”⁷ (Ibid., p. 159) – a parcimônia – “pode aparecer de forma exagerada como avareza” (Ibid., p. 159) – e a obstinação – “pode transformar-se em rebeldia, à qual podem facilmente associar-se a cólera e os ímpetos vingativos” (Ibid., p. 159).

Pois bem, a partir dos relatos e lembranças destes analisandos, tais traços de caráter, bastante comuns, serão remetidos ao erotismo anal da infância:

⁶ A data da carta na verdade é fornecida em Gay (1989, p. 550-551), onde também é citada.

⁷ Strachey acrescenta que o termo em alemão – *Ordentlich*, ‘ordeiro’ – na verdade tem grande variedade de usos, podendo ser utilizado como sinônimo de, entre outros, ‘correto’, ‘confiável’ (*trustworthy*) e ‘decente’.

É fácil inferir da história da primeira infância desses indivíduos que os mesmos dispenderam um tempo relativamente longo para superar sua *incontinencia alvi* [incontinência fecal] infantil, e que na infância posterior sofreram falhas isoladas nessa função. Quando bebês, parecem ter pertencido ao grupo que se recusa a esvaziar os intestinos ao ser colocado no urinol, porque obtém um prazer suplementar do ato de defecar (Ibid., p. 159-160).

O que o autor sugere é que as três características são sublimações ou formações reativas⁸ que se dão às expensas das excitações provenientes desta zona erógena e constituem assim um compromisso possível entre o erotismo anal e “a educação que a nossa atual civilização exige” (Freud, 1996 [1908a], p. 161). O “interesse pela imundície perturbadora que não deveria pertencer ao corpo” (Ibid., p. 162) – paradigmaticamente as fezes – não é, pois, suprimido, mas deslocado através de vias simbólicas.

A relação entre o “apego ao dinheiro” (Ibid., p. 162) e a defecação será, assim, exemplificada por seus indícios na linguagem popular, nos mitos e superstições. Um destes exemplos é bem significativo:

Sabemos que o ouro entregue pelo diabo a seus bem-amados converte-se em excremento após sua partida, e o diabo nada mais é do que a personificação da vida instintual inconsciente reprimida (Ibid., p. 162-163).

Uma vez trilhada a inescapável via do “interesse erótico original na defecação” (Ibid., p. 163), sua aparente extinção estará condicionada ao surgimento de algum substituto, por exemplo, algo tão simples quanto “o interesse pelo dinheiro, que não existia na infância” (Ibid., p. 163).

As organizações sexuais adultas começam a ser recortadas por estas considerações: a forma “final” da sexualidade agrega graus variados de “contribuições das excitações periféricas de determinadas partes do corpo” (Ibid., p. 160) (entre as quais Freud cita os próprios genitais), sendo outra parte destas contribuições, em função de conflitos, sublimada ou empregada em formações reativas.

Isso promove, enfim, uma certa redistribuição das organizações sexuais consideradas perversas. Sendo a sexualidade de cada indivíduo um mosaico,

⁸ Neste texto os termos parecem ser usados como sinônimos. No terceiro dos *Três ensaios*, no entanto, Freud havia considerado a “supressão por formação reativa” (Freud, 1996 [1905], p. 225) uma “subvariedade da sublimação” (Ibid., p. 225).

distinções e gradações em entidades nosográficas antes algo unívocas – a homossexualidade, por exemplo – serão possíveis:

Provavelmente não encontraremos um acentuado grau de ‘caráter anal’ nos indivíduos que conservaram na vida adulta o caráter erógeno da zona anal, como acontece, por exemplo, com certos homossexuais (Ibid., p. 163-164).

No mesmo ano, em *Sobre as teorias sexuais das crianças* (Freud, 1996 [1908b]), Freud examina “o interesse pelos problemas do sexo nos anos anteriores à puberdade” (Freud, 1996 [1908b], p. 191), do qual nenhuma criança escapa. As teorias sexuais infantis que daí surgem permeiam a vida posterior, sendo assim “indispensáveis para uma compreensão das próprias neuroses, já que nestas ainda atuam (...) exercendo uma decisiva influência sobre a forma assumida pelos sintomas” (Ibid., p. 193).

O ponto de partida da investigação infantil não é a diferença entre os sexos, “tão semelhantes em outros aspectos” (Ibid., p. 193), mas a questão da origem dos bebês. O tema é motivado pela perda, ou ameaça de perda, “dos carinhos dos pais” (Ibid., p. 193) para estes concorrentes, ou ainda pelo simples “desejo da criança por um companheiro de brinquedos, tal como viu em outras famílias” (Ibid., p. 193). A pesquisa, portanto, é “o produto de uma exigência vital” (Ibid., p. 194), apesar de “logo se torn[ar] independente desta instigação e pass[ar] a operar como um instinto auto-sustentado” (Ibid., p. 194).

O método de questionar diretamente os pais ou cuidadores, “que representam a seus olhos a fonte de todo o conhecimento” (Ibid., p. 194) logo sucumbe diante de “respostas evasivas, (...) repreensões por sua curiosidade, ou ainda (...) explicaç[ões] mitológica[s]” (Ibid., p. 194). Não satisfeitas, “começam a desconfiar dos adultos e a suspeitar que estes lhe escondem algo proibido” (Ibid., p. 194), partindo sozinhas em busca de explicações coerentes com o que lhes é imposto pelo atual estado de sua pulsionalidade.

Com isso, entretanto, a criança experimenta o seu primeiro ‘conflito psíquico’, pois certas concepções pelas quais sente uma preferência instintual não são consideradas corretas pelos adultos e contrapõem-se a outras defendidas pela autoridade dos mais velhos, as quais, entretanto, não lhe parecem aceitáveis (...). O conjunto de concepções consideradas ‘boas’, mas que resultam numa cessação da reflexão, torna-se o conjunto das concepções dominantes e conscientes, enquanto o outro conjunto, a favor do qual o trabalho de investigação infantil coligiu novas provas, as quais entretanto não devem ser consideradas, torna-se o conjunto das

opiniões reprimidas e inconscientes. Está assim formado o complexo nuclear de uma neurose (Ibid., p. 194-195).

As teorias a que chegam, “embora cometam equívocos grotescos (...) contém um fragmento da verdade” (Ibid., p. 195), já que “provém dos componentes do instinto sexual que já atuam no organismo infantil” (Ibid., p. 195). São estes componentes, tal como se organizam em relação com os cuidados maternos primários, que delimitam certos grupos de teorias típicas.

A primeira que Freud examina “consiste em atribuir a todos, inclusive às mulheres, a posse de um pênis” (Ibid., p. 196). Derivada, nos meninos, da excitabilidade diferenciada da zona genital, traduz “sua incapacidade de imaginar uma pessoa semelhante a ele que seja desprovida desse constituinte essencial” (Ibid., p. 196). Esta premissa pode resistir às evidências posteriores e manter, em algum grau, o pênis como condição de valorização do objeto na organização sexual “definitiva”. Um indivíduo do sexo masculino pode, por exemplo, “procurar seu objeto sexual entre os homens que, devido a características físicas e mentais, lembram a mulher” (Ibid., p. 196).

Esta valorização do pênis, vinculando-se às sanções, possivelmente bastante precoces, à masturbação, pode ainda implicar num horror aos genitais femininos, “encarados como um órgão mutilado” (Ibid., p. 197). As sanções à masturbação neste caso adquiriram o caráter de uma “ameaça de castração” (Ibid., p. 197). A noção de um complexo de castração duradouro e inconsciente, cuja universalidade como “transtorno da vida emocional” (Ibid., p. 197) parece atestada nas “lendas e [n]os mitos” (Ibid., p. 197), terá grande importância até as elaborações freudianas mais tardias.

A segunda das teorias parte do “conhecimento de que os bebês crescem no interior do corpo da mãe” (Ibid., p. 195), derivado da observação da gestação, e da premissa da universalidade do pênis. Motivada pela importância erógena que adquirira a zona anal, consiste em acreditar que “o bebê precisa ser expelido como excremento, numa evacuação” (Ibid., p. 198). Freud acrescenta ainda que originalmente “a idéia de vir ao mundo como uma massa de fezes não era degradante, não tendo sido ainda condenada por sentimentos de repugnância” (Ibid., p. 199).

A consequência desta teoria é que a criança nega “às mulheres o doloroso privilégio de dar à luz bebês” (Ibid., p. 199). De fato, “é possível que o menino imagine que também ele tenha filhos, sem que por isto tenhamos de lhe atribuir inclinações femininas” (Ibid., p. 199).

A terceira teoria é a “concepção sádica do coito” (Ibid., p. 199): as crianças “interpretam o ato de amor como sendo um ato de violência” (Ibid., p. 200). Partindo possivelmente de detalhes da relação sexual, como “as posições das duas pessoas, os ruídos ou qualquer circunstância acessória” (Ibid., p. 199), vincula-os “ao obscuro impulso para um comportamento cruel que se associou às excitações do pênis da criança” (Ibid., p. 200), que Freud havia caracterizado como o ímpeto “a um ato violento, a esmagar ou romper qualquer coisa, a abrir um buraco em algum lugar” (Ibid., p. 198).

As peculiaridades da relação entre os pais desempenham também um papel importante para o surgimento desta concepção sádica:

Em muitos casamentos a esposa de fato resiste ao abraço do marido, que não lhe causa prazer, mas sim o risco de uma nova gravidez. E assim a criança que julgam adormecida (ou que se finge adormecida) pode ficar com a impressão de que sua mãe se defendia de um ato de violência. Outras vezes o casamento oferece à observadora criança o espetáculo de brigas contínuas, expressas em palavras duras e gestos inamistosos. Assim, ela não se surpreende se o conflito continua à noite, sendo por fim encerrado pelo método que ela própria utiliza em sua relação com os irmãos e irmãs ou companheiros de brinquedos (Ibid., p. 200).

O casamento, aliás, torna-se uma questão em si, sendo as diversas teorias acerca de sua natureza e conteúdo ligadas pelo “fato de que a criança vê no casamento uma promessa de prazer e acredita que esse prazer esteja relacionado com uma ausência de pudor” (Ibid., p. 201). Símbolo da possibilidade de uma área de satisfação pulsional livre de sanções, toma diversas formas: “os casados urinam um em frente do outro” (Ibid., p. 201), ou “as duas pessoas mostram seus traseiros um ao outro (sem sentir vergonha)” (Ibid., p. 201).

Estes primeiros esforços intelectuais marcarão significativamente a vida posterior, fornecendo as primeiras trilhas e associações simbólicas que constituirão a base do terreno em que se perpetua o conflito entre a pulsionalidade e a civilização.

Ainda de 1908 é *Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna* (Freud, 1996 [1908c]), segundo Strachey “a primeira das longas exposições de

Freud sobre o antagonismo entre civilização e vida instintual” (Freud, 1996 [1908c], p. 167). Aqui o autor explora os danos a que estão sujeitas “a saúde e a eficiência dos indivíduos” (Ibid., p. 169) sob regimes progressivamente restritivos da vida sexual.

Alguns dos fatores que vêm a produzir uma neurose são todos aqueles “que prejudicam a vida sexual, suprimem sua atividade ou distorcem seus fins” (Ibid., p. 173). A própria civilização depende em algum grau de tais fatores, através dos quais “cada indivíduo renuncia (...) a uma parcela do seu sentimento de onipotência ou ainda das inclinações vingativas ou agressivas de sua personalidade” (Ibid., p. 173).

Isto não se dá exclusivamente pela coerção, mas também são “os sentimentos familiares derivados do erotismo que leva[m] o homem a fazer essa renúncia” (Ibid., p. 173), sentimentos cujas raízes, é razoável supor, encontram-se na infância.

Àquele que não consegue levar a cabo esta renúncia Freud discerne dois destinos: “torna-se um ‘criminoso’, um ‘outlaw’, diante da sociedade – a menos que sua posição social ou suas capacidades excepcionais lhe permitam impor-se como um grande homem, um ‘herói’” (Ibid., p. 173).

Destinos menos extremos e mais verossímeis para o conflito começam a se delinear em seguida, permeados por graus variados tanto de sublimação pulsional – “capacidade de trocar seu objetivo sexual original por outro, não mais sexual, mas psiquicamente relacionado com o primeiro” (Ibid., p. 174) – quanto de fixação obstinada, o que “leva algumas vezes (...) até as chamadas anormalidades” (Ibid., p. 174).

A capacidade de sublimação, no entanto, parece em geral bastante limitada:

Para a grande maioria das organizações parece ser indispensável uma certa quantidade de satisfação sexual direta, e qualquer restrição dessa quantidade, que varia de indivíduo para indivíduo, acarreta fenômenos que, devido aos prejuízos funcionais e ao seu caráter subjetivo de desprazer, devem ser considerados como uma doença (Ibid., p. 174).

Esta satisfação sexual direta, por sua vez, é sempre atravessada pela sexualidade infantil, anárquica, auto-erótica e “pervertida”: “no homem o instinto sexual não serve originalmente aos propósitos da reprodução, mas à obtenção de determinados tipos de prazer” (Ibid., p. 174).

As possibilidades de compromisso entre renúncia e satisfação dependerão do grau de renúncia exigido, ou seja, do quão restrito é o ideal da moral sexual em vigor. Mesmo quando se trata de um ideal em função do qual “tudo do instinto sexual é suprimido, exceto quando serve ao objetivo da reprodução” (Ibid., p. 175) – que não é ainda o mais restrito – uma série de sofrimentos advém.

Entre estes, Freud situa as perversões e a homossexualidade, marcando alguma diferença entre os termos, baseado na distinção entre especificidades de alvos e objetos sexuais, respectivamente. Tais organizações são ainda marcadas por graus diversos de capacidade sublimatória, uma aptidão que o autor discerne particularmente nos “homossexuais” (Ibid., p. 175-176).

As formas mais acentuadas – mais rígidas, exclusivas – de perversão e homossexualidade tornam o indivíduo “socialmente inútil e infeliz” (Ibid., p. 176), e seu destino variará conforme a intensidade de sua libido. Se esta for pouco intensa, o sujeito conseguirá suprimir suas inclinações, à custa de esgotar todas as suas forças neste empreendimento. “É como se esses indivíduos estivessem interiormente inibidos e exteriormente paralisados” (Ibid., p. 176).

Se a libido é intensa, dois desdobramentos são possíveis: ou o indivíduo cede ao pólo pulsional e “sofre as conseqüências” (Ibid., p. 176) sociais – caso no qual Freud não se detém por considera-lo muito menos interessante – ou o indivíduo procederá a uma supressão “falsa, ou melhor, frustrada” (Ibid., p. 176). Não obstante o esforço, as moções pulsionais se expressarão de outras formas “igualmente nocivas para o sujeito, e que o tornam tão inútil para a sociedade quanto o teria inutilizado a satisfação de seus instintos suprimidos” (Ibid., p. 176). São os que sucumbem à neurose:

nas neuroses os impulsos pervertidos, após terem sido reprimidos, manifestam-se a partir da parte inconsciente da mente – porque as neuroses contém as mesmas tendências, ainda que em estado de ‘repressão’, das perversões positivas (Ibid., p. 177).

A situação se agrava quando o ideal se restringe ainda mais e a moral “proíbe toda atividade sexual fora do matrimônio legítimo” (Ibid., p. 178), estágio em que Freud situa a moral sexual de sua época. Neste caso a abstinência exigida até o casamento provoca não só o aumento do número de neuróticos como também, de forma geral, “homens fracos mas bem comportados, que mais tarde se

perdem na multidão que tende a seguir, de má-vontade, os caminhos apontados por indivíduos fortes” (Ibid., p. 181).

Na mulher a supressão vai ainda mais longe, já que em relação a ela

a educação (...) utiliza medidas drásticas (...) conservando-a ignorante do papel que irá desempenhar e não tolerando nela qualquer impulso amoroso que não possa conduzir ao casamento (Ibid., p. 182).

Isto dificultaria o investimento objetal, permanecendo “seus sentimentos mentais (...) presos aos seus genitores, cuja autoridade acarretou a supressão de sua sexualidade” (Ibid., p. 182).

Assim, o resultado final de uma moral excessivamente exigente e unívoca é bastante prejudicial: “é difícil para o não iniciado acreditar quão rara é a potência normal num marido e quão freqüente é a frigidez feminina no casal que vive sob o império da nossa moral sexual civilizada” (Ibid., p. 185).

Os filhos deste casal moralizado, por sua vez, tenderão à neurose em decorrência das experiências infantis atravessadas pelo desencontro do casal parental:

À primeira vista, parece um caso de hereditariedade, mas a um exame mais apurado comprova-se ser na realidade o efeito de poderosas impressões infantis. Uma esposa neurótica, insatisfeita, torna-se uma mãe excessivamente terna e ansiosa, transferindo para o filho sua necessidade de amor. (...) Além disso, o mau relacionamento dos pais excita a vida emocional da criança, fazendo-a sentir amor e ódio em graus muito elevados ainda em tenra idade. Sua educação rígida (...) vai em auxílio da força supressora e esse conflito, em idade tão tenra, fornece todos os elementos necessários ao aparecimento de uma doença nervosa (Ibid., p. 185).

Todas estas condições, na verdade, formam um complexo que será eventualmente universalizado, o complexo de Édipo.

As neuroses, enfim, através dos sintomas, não deixam de representar uma derrota da cultura, já que “sempre conseguem frustrar os objetivos da civilização, efetuando assim a obra das forças mentais suprimidas que são hostis à civilização” (Ibid., p. 185).

É curioso notar ainda que neste artigo a polaridade fundamental pulsão-cultura, em que se baseava, em parte, a polaridade perversão-neurose, esboça desdobrar-se em toda uma série simbólica que inclui os binômios saúde-doença e mau-bom: “aqueles que desejam ser mais nobres do que suas constituições lhes

permitem, são vitimados pela neurose. Esses indivíduos teriam sido mais saudáveis se lhes fosse possível ser menos bons” (Ibid., p. 177).

Logo adiante, são acrescentadas à série as polaridades ativo-passivo e homem-mulher:

É comum a irmã de um perverso sexual (...) apresentar uma neurose cujos sintomas expressam as mesmas inclinações das perversões do seu irmão, mais ativo sexualmente. Correlatamente, em muitas famílias os homens são saudáveis, embora do ponto de vista social sejam altamente imorais, enquanto as mulheres, cultas e de elevados princípios, sucumbem a graves neuroses (Ibid., p. 177).

Estas conjecturas parecem refletir o teor que a distinção entre os sexos adquire durante o desenvolvimento, o que será tematizado em artigos posteriores através da investigação da organização genital infantil, a fase fálica.

Em 1910, novo terreno é ganho a respeito dos desdobramentos inevitáveis da sexualidade infantil na vida adulta. Freud examina *Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens* (Freud, 1996 [1910]) que agrega características “cuja combinação é ininteligível, e até desconcertante” (Freud, 1996 [1910], p. 171) até que seja compreendido sob a luz do complexo edipiano dos anos pré-púberes.

A primeira característica deste tipo de investimento é “a precondição de que deva existir ‘uma terceira pessoa prejudicada’” (Ibid., p. 172). A escolha de objeto recai invariavelmente sobre mulheres comprometidas: “a mulher pode ser ignorada ou mesmo rejeitada, desde que não pertença a qualquer homem, mas torna-se objeto de sentimentos apaixonados, tão logo estabeleça um desses relacionamentos com outro homem” (Ibid., p. 172). Estará garantida, assim, “a oportunidade para gratificar impulsos de rivalidade e hostilidade em direção ao homem de quem a mulher é arrebatada” (Ibid., p. 172). Esta condição é muito freqüente e pode aparecer independentemente das outras.

A segunda condição consiste em preterir “a mulher casta e de reputação irrepreensível” (Ibid., p. 172) em favor de uma “mulher que é, de uma ou outra forma, sexualmente de má reputação, cuja fidelidade e integridade estão expostas a alguma dúvida” (Ibid., p. 172). Esta condição, que Freud designa, “de maneira um tanto crua, ‘amor à prostituta’” (Ibid., p. 172), indica a necessidade de que o ciúme permeie o relacionamento, mas de forma bastante específica: “o incomum é que se torna alvo desse ciúme não o possuidor legítimo da pessoa amada, mas estranhos que fazem seu aparecimento pela primeira vez” (Ibid., p. 172).

A terceira característica, que já diz respeito ao comportamento do amante, é a estranha coexistência de um investimento intenso e exclusivo do objeto – “enorme dispêndio de energia mental, com exclusão de todos os demais interesses” (Ibid., p. 173) – e uma particular aptidão a substituí-lo por outro – “os objetos amorosos podem substituir uns aos outros, tão amiúde, que se forma uma extensa série dos mesmos” (Ibid., p. 173).

A quarta e última característica destes amantes “é a ânsia que demonstram de ‘salvar’ a mulher amada” (Ibid., p. 174). O sujeito se convence de que sua presença mantém a amada no “caminho da virtude” (Ibid., p. 174) e de que “sem ele perderá todo o controle moral e rapidamente descera para um nível lamentável” (Ibid., p. 174).

Pois bem, todas as características serão remetidas a uma só fonte, a “fixação infantil d[os] sentimentos de ternura pela mãe” (Ibid., p. 174). Assim, o “protótipo materno da escolha de objeto” (Ibid., p. 174) será encontrado em algum grau nos amores de forma geral. O terceiro prejudicado é um substituto do pai, que sob a ótica infantil é “parte inseparável da essência da mãe” (Ibid., p. 175).

A fidelidade e intensidade do amor explica-se por “ninguém possui[r] mais de uma mãe” (Ibid., p. 175). No entanto, em termos inconscientes, a idéia de algo insubstituível “surge como subdividida em uma série infindável: infindável pelo fato de que cada substituto, não obstante, deixa de proporcionar a satisfação desejada” (Ibid., p. 175).

A descoberta de que a mãe é um ser sexuado produziria no pré-púbere uma associação entre ela e a prostituta, figura ambivalente que conjuga desejo e horror, sendo além disso mantida “no desprezo geral” (Ibid., p. 176) pela sociedade.

Ele começa a desejar a mãe para si mesmo, no sentido com o qual, há pouco, acabou de se inteirar, e a odiar, de nova forma, o pai como um rival que impede esse desejo; passa, como dizemos, ao controle do complexo de Édipo. Não perdoa a mãe por ter concedido o privilégio da relação sexual, não a ele, mas a seu pai, e considera o fato como um ato de infidelidade (Ibid., p. 176-177).

Este momento parece espelhar ainda a decepção que a criança sentiu diante das insatisfatórias respostas dos adultos às suas primeiras investigações. Uma corrosão análoga de sua autoridade se produz em função de sua sexuação: “a autoridade dos adultos (...) parece incompatível com a revelação de suas atividades sexuais” (Ibid., p. 176).

A mãe sexuada, objeto central do conflito entre proibição e satisfação, ganha então grande importância na fantasia:

Como resultado da ação combinada, constante, de duas forças impulsivas, desejo e sede de vingança, as fantasias acerca da infidelidade da mãe são, de longe, as que prefere; o amante com o qual ela comete o ato de infidelidade, quase sempre exibe as feições do próprio ego do menino, ou, mais exatamente, de sua própria personalidade idealizada, adulta e, assim, elevada ao nível do pai (Ibid., p. 177).

Finalmente, a vontade de salvar é a vontade de quitar a dívida vital que tem com os pais: suas raízes inconscientes seriam “impulsos que lutam pelo poder e pela independência” (Ibid., p. 178), que se configuram eventualmente também como um desafio ao pai.

É como se o desafio do menino o fizesse dizer: ‘Não quero nada de meu pai; devolver-lhe-ei tudo quanto gastou comigo’. Ele cria então a fantasia de salvar o pai de perigo e de proteger-lhe a vida (Ibid., p. 178).

Em relação à mãe a ternura toma a precedência e salvá-la “adquire o significado de lhe dar uma criança ou de lhe fazer uma criança – é supérfluo dizer, uma igual a ele” (Ibid., p. 178). A fantasia de salvamento da mãe, então, conjuga convenientemente “todos os seus instintos, os de ternura, gratidão, lascívia, desafio e independência” (Ibid., p. 178), convergindo ainda para “o desejo único de ser o próprio pai” (Ibid., p. 178).

O sucessor deste artigo data de 1912 e intitula-se *Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor* (Freud, 1996 [1912]). Nele, Freud deriva, da análise da impotência psíquica, uma peculiaridade do desenvolvimento sexual humano que estabelece um certo grau irredutível de insatisfação amorosa: o descompasso entre ternura e sensualidade.

A impotência psíquica consiste na “recusa dos órgãos executores da sexualidade de levar a cabo o ato sexual, conquanto antes e depois eles possam demonstrar-se como íntegros e capazes de praticá-lo” (Freud, 1996 [1912], p. 185). É uma impotência condicional, circunstancial: “um malogro dessa espécie só surge quando a tentativa se realiza com determinadas pessoas, enquanto com outras nunca há qualquer cogitação de tal insucesso” (Ibid., p. 185).

Vimos que uma situação parecida era interpretada por Krafft-Ebing como uma parestesia, e diagnosticada como perversão: o instinto sexual estaria sendo

despertado por excitações inadequadas. A leitura de Freud valoriza, ao invés disso, a “influência inibitória” (Ibid., p. 186) envolvida, e a explica baseando-se em “complexos psíquicos” (Ibid., p. 186) básicos: “uma fixação incestuosa na mãe ou na irmã, que nunca foi superada, desempenha um papel importante nesse material patogênico e constitui o seu conteúdo mais universal” (Ibid., p. 186).

Estas primeiras escolhas objetais, permeadas por interesses de auto-preservação, constituem-se como a “corrente afetiva” (Ibid., p. 186) do investimento. São as primeiras trilhas do erotismo, abertas sob a égide de necessidades vitais: “os instintos sexuais encontram seus primeiros objetos ao se apegarem às apreciações feitas pelos instintos do ego” (Ibid., p. 186).

Na puberdade, quando as cotas pulsionais tornaram-se “muito mais poderosas” (Ibid., p. 187), o investimento pelas trilhas mais precoces tornou-se impossível: ergueu-se, nesse meio tempo, a “barreira contra o incesto” (Ibid., p. 187). Delineia-se, a partir daí, a difícil tarefa de fazer recair sobre um objeto “estranho” – não-incestuoso – “a mais alta valorização psíquica” (Ibid., p. 187) reservada aos primeiros objetos.

Os dois obstáculos a este empreendimento – a “quantidade de frustração da realidade que se opõe à nova escolha de objeto” (Ibid., p. 187) e a “quantidade de atração que são capazes de exercer os objetos infantis” (Ibid., p. 187) – estarão representados em quaisquer soluções que advenham, marcando algum grau de divisão psíquica.

Ao proibir o objeto de maior valor, a mãe, a barreira ao incesto estabelece uma divisão entre estima e desejo, atestada pela impotência psíquica:

O estranho malogro, demonstrado na impotência psíquica, faz seu aparecimento sempre que um objeto, que foi escolhido com a finalidade de evitar o incesto, relembra o objeto proibido através de alguma característica, freqüentemente imperceptível (Ibid., p. 188-189).

A proteção contra a impotência, assim, consiste em uma depreciação do objeto que torna-o passível de investimento libidinal:

Podemos agora compreender os motivos ocultos sob as fantasias do menino (...) que degradam a mãe ao nível de uma prostituta. São esforços para transpor a distância entre as duas correntes amorosas, pelo menos em fantasia e, pela depreciação da mãe, adquiri-la como objeto de sensualidade (Ibid., p. 189).

Freud passa então a considerações sociológicas, identificando, a partir da universalidade dos fatores em jogo, “a perspectiva da impotência psíquica como uma condição universal da civilização” (Ibid., p. 189-190). Algum grau de impotência “caracteriza, de fato, o amor do homem civilizado” (Ibid., p. 190), seja qual for a organização definitiva de sua sexualidade.

Os “componentes perversos” (Ibid., p. 191), infantis, de cada organização continuam sendo a fonte primária de prazer. De fato, sua supressão leva progressivamente a uma genitalidade caricatural, tirânica, produzindo homens “psicanestésicos: (...) que nunca falham no ato, mas que o realizam sem dele derivar qualquer prazer especial” (Ibid., p. 190) e “mulheres frígidas” (Ibid., p. 190).

A supressão terá de ser compensada, no entanto, por fantasias de satisfação plena que terão de recorrer a objetos depreciados, e estas serão atuadas sob os mais variados graus de disfarce.

É possível que a tendência a escolher uma mulher de classe mais baixa para sua amante permanente ou mesmo para sua esposa, tão freqüentemente observada nos homens das classes mais altas da sociedade, nada mais seja que a consequência de sua necessidade de um objeto sexual depreciado, a quem se vincule psicologicamente a possibilidade de completa satisfação sexual (Ibid., p. 191).

A depreciação do objeto é concomitante à tirania da moral sexual, o que leva Freud a concluir que “alguém, para ser realmente livre e feliz no amor, tem de sobrepujar seu respeito pelas mulheres e aceitar a idéia do incesto com sua mãe ou irmã” (Ibid., p. 191).

Nas mulheres o conflito terá outro percurso: Freud reconhece que nelas “há pouca indicação da necessidade de depreciar seu objeto sexual” (Ibid., p. 191), o que parece estar ligado a uma ausência análoga de supervalorização do objeto. Subsiste, no entanto, o descompasso entre “impulsos afetuosos e sensuais” (Ibid., p. 192) sob forma de uma “condição de proibitividade na vida erótica” (Ibid., p. 192):

Esta é a origem do empenho realizado por muitas mulheres de manter secretas, por certo tempo, mesmo suas relações legítimas; e da capacidade de outras mulheres para a sensação normal, tão logo a condição de proibição se restabeleça devido a uma relação amorosa secreta: infiéis a seus maridos, são capazes de manter uma segunda espécie de finalidade em relação a seus amantes (Ibid., p. 192).

Todas as soluções, enfim, serão atravessadas por uma insatisfação estrutural mínima: “o objeto final do instinto sexual nunca mais será o objeto original, mas apenas um sub-rogado do mesmo” (Ibid., p. 194). Todas as soluções carregam a nostalgia de uma satisfação cuja perda foi necessária para o próprio advento do sujeito enquanto ser de cultura. Em função disto, a satisfação plena, junção perfeita de ternura e sensualidade, é um ideal paradoxal. Sua concretização tornaria obsoleto o próprio psiquismo:

Que motivo teria o homem para colocar as forças instintivas sexuais a outros serviços se, com qualquer distribuição dessas forças, eles poderiam conseguir prazer completamente satisfatório? Não renunciariam nunca a esse prazer e jamais realizariam qualquer outro progresso (Ibid., p. 195).

Em *Sobre o narcisismo: uma introdução* (Freud, 1996 [1914]), Freud tece uma série de considerações a respeito do atravessamento da pulsionalidade pelo eu em suas relações objetais.

O investimento do eu como um objeto, o que aparece de forma caricatural na perversão que mereceu o nome de narcisismo, será entendido como um mecanismo primário e normal, “podendo mesmo reivindicar um lugar no curso regular do desenvolvimento sexual humano” (Freud, 1996 [1914], p. 81).

A pulsionalidade precoce, auto-erótica e anárquica, se refere agora a um momento do desenvolvimento quando o eu ainda não existia. De fato, a “nova ação psíquica” (Ibid., p. 84) que instaura o narcisismo primário é a primeira “tirania”, a primeira organização pulsional cujo produto é o eu como objeto de investimento.

A partir daí as pulsões se configuram em investimentos objetais através da mediação do eu, que reivindica esta posição de intermediário. A metáfora que Freud oferece é bastante conhecida:

Há uma catexia libidinal original do ego, parte da qual é posteriormente transmitida a objetos, mas que fundamentalmente persiste e está relacionada com as catexias objetais, assim como o corpo de uma ameba está relacionado com os pseudópodes que produz (Ibid., p. 83).

Para o “estudo direto do narcisismo” (Ibid., p. 89) Freud nos remete às parafrenias – demência precoce e paranóia –, mas indica também outros meios de

abordagem mais acessíveis, entre os quais a “observação da vida erótica dos seres humanos” (Ibid., p. 93).

Na vida erótica descobrimos que a busca de objetos que substituam os das satisfações sexuais primordiais – “as pessoas que se preocupam com sua alimentação, cuidados e proteção: isto é, no primeiro caso, sua mãe ou quem quer que a substitua” (Ibid., p. 94) – parece ausente em certas pessoas, que “procuram inequivocamente a si mesmas como um objeto amoroso, e exibem um tipo de escolha objetual que deve ser denominado ‘narcisista’” (Ibid., p. 94).

Ao invés de concluir “que os seres humanos se acham divididos em dois grupos acentuadamente diferenciados” (Ibid., p. 94), no entanto, Freud sugere que “um ser humano tem originalmente dois objetos sexuais – ele próprio e a mulher que cuida dele – e ao fazê-lo estamos postulando a existência de um narcisismo primário em todos” (Ibid., p. 95).

A organização do eu, represa pulsional privilegiada, depende da simultânea organização do objeto-mãe a partir do qual o investimento retorna. Este circuito perfeito é o modelo de satisfação que qualquer escolha objetual – mais ou menos narcísica e anaclítica – visa, sendo isto seu denominador comum.

A escolha anaclítica – a que é feita tendo como modelo de objeto a mãe –, que Freud sugere ser tipicamente masculina, é marcada pela supervalorização do objeto, mas esta será agora entendida como tributária do narcisismo, na medida em que é uma transferência deste para o objeto.

O tipo feminino de escolha tenderia ao narcísico: algumas mulheres

desenvolvem certo autocontentamento que as compensa pelas restrições sociais que lhes são impostas em sua escolha objetual. Rigorosamente falando, tais mulheres amam apenas a si mesmas, com uma intensidade comparável à do amor do homem por elas (Ibid., p. 95)

O contraste reflete, de certa forma, a oposição entre atividade e passividade em que consiste inicialmente a diferença sexual. Os anseios femininos “não se acha[m] na direção de amar, mas de serem amadas” (Ibid., p. 95).

A posição feminina também comporta, no entanto, o investimento (ativo) de objetos alheios ao eu:

Na criança que geram, uma parte de seu próprio corpo as confronta como um objeto estranho, ao qual, partindo de seu próprio narcisismo, podem então dar um amor objetal completo (Ibid., p. 96).

Outro destes investimentos é o simples anseio por um ideal, cuja dinâmica e relação com o narcisismo Freud passa a examinar.

Os ideais – “idéias culturais e éticas do indivíduo” (Ibid., p. 100) – se constituem como tais enquanto este indivíduo efetivamente se submeta às exigências que eles lhe fazem. Não são algo externo, mas algo reconhecido e aceito “como um padrão para si próprio” (Ibid., p. 100).

É com este padrão internalizado que tornam-se incompatíveis determinados impulsos, o que faz com que sofram ocasionalmente “a vicissitude da repressão patogênica” (Ibid., p. 100): “A formação de um ideal seria o fator condicionante da repressão” (Ibid., p. 100). O recalçamento é um esforço para manter o eu idêntico ao ideal, tal como fora, através do investimento materno, na ocasião de seu surgimento: “possuído de toda perfeição de valor” (Ibid., p. 100).

Esta primeira cisão no eu, que produz o ideal, tem raízes precoces: “o que induziu o indivíduo a formar um ideal do ego, em nome do qual sua consciência atua como vigia, surgiu da influência crítica de seus pais” (Ibid., p. 102). Esta consciência moral, a instância que mede a distância entre o eu e o ideal é, “no fundo, uma personificação, primeiro da crítica dos pais” (Ibid., p. 102), internalizada como medo da perda de seu amor, ou seja, perda da unidade narcísica.

Esta unidade do eu, provavelmente perdida desde a primeira experiência de insatisfação, pode ainda ser projetada em um ideal sexual e buscada em um objeto externo, o que caracteriza o estar apaixonado.

Em 1919, em *Uma criança é espancada – uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais* (Freud, 1996 [1919]), o autor analisa as fantasias de espancamento com as quais se depara na clínica, buscando sua inteligibilidade através do cenário edipiano.

Tais fantasias tinham como conteúdo mínimo o fato de uma criança estar sendo espancada por alguém – situando-se primeiramente em uma área onde sadismo e masoquismo não estão diferenciados – e via de regra suscitavam boa dose de prazer e atraíam sobre si, especialmente, sentimentos de vergonha e culpa,

sendo ainda mais hesitantemente relatadas do que as “lembranças do início da vida sexual” (Freud, 1996 [1919], p. 195).

Tomando a explicação que até então vigorara como insuficiente – a de que esta fantasia seria um traço primário de perversão, nascida da força prematura e acentuada de um dos componentes da função sexual e mantida inalterada ao longo do desenvolvimento – Freud contrapõe a ela a evidência de que “as impressões que provocavam a fixação” (Ibid., p. 198) eram “corriqueiras e não excitantes” (Ibid., p. 198).

Procurará em função disto os elementos que transformam tais impressões, que as revestem de nova importância por serem soluções para conflitos e as levam a ocupar o lugar ambivalente de prazer e culpa: “pode muito bem ser que [estas fantasias] tenham um histórico anterior, que atravessem um processo de desenvolvimento, que representam um resíduo e não uma manifestação inicial” (Ibid., p. 199).

O histórico das fantasias de espancamento não é nada simples. Sofre transformações sucessivas e toma rumos diferentes em homens e mulheres. A forma mais primitiva da fantasia feminina é “o meu pai está batendo na criança que eu odeio” (Ibid., p. 201). A criança espancada é uma competidora e o adulto que bate é o pai. Esta é a primeira organização de “recordações de eventos que foram testemunhados” (Ibid., p. 201) e “desejos que despertam em várias ocasiões” (Ibid., p. 201) como um esboço de significação, um esforço de conjugar pulsões e condições de realização em um todo coerente.

Na fase seguinte a menina se coloca como personagem da fantasia: “estou sendo espancada pelo meu pai” (Ibid., p. 201). Ela passa a ser acompanhada de um “alto grau de prazer” (Ibid., p. 201) e aparentemente sofre o mais severo recalque: “nunca é lembrada, jamais conseguiu tornar-se consciente. É uma construção da análise” (Ibid., p. 201).

A terceira e final fase é novamente consciente e, portanto, um certo recuo à primeira. O pai se torna um adulto indeterminado ou um substituto como, por exemplo, um professor. A autora da fantasia sai de cena, tornando-se, no máximo, a espectadora. A criança espancada desdobra-se em várias, todas desconhecidas, e assumem especificamente o sexo masculino. O próprio espancamento pode transformar-se em um “castigo ou humilhação de outra natureza” (Ibid., p. 201).

Da segunda fase, no entanto, carrega a excitação sexual que surgira, “proporcionando, assim, um meio para a satisfação masturbadora” (Ibid., p. 201).

Os elementos históricos da primeira fase são: o ciúme, experimentado ou antecipado, dos pais, o que introduz a criança-rival “que atrai para si a parcela de afeição que os cegos pais estão sempre prontos a dar” (Ibid., p. 202); e a compreensão de que “ser espancado, mesmo que não doa muito, significa uma privação de amor e uma humilhação” (Ibid., p. 202), o que se associa à perda de sua própria “onipotência imaginária” (Ibid., p. 202). Seu significado primeiro, pois, é “o meu pai não ama essa criança, ama apenas a mim” (Ibid., p. 202): esboços associativos primordiais dos quais os impulsos sádicos e sexuais se originarão posteriormente.

A segunda fase satisfaz também um sentimento de culpa que surge a propósito do amor incestuoso.

A fantasia do período de amor incestuoso havia dito: ‘Ele (o meu pai) só ama a mim, e não à outra criança, pois está batendo nela’. O sentimento de culpa não pode descobrir um castigo mais severo do que a inversão desse triunfo: ‘Não, ele não ama você, pois está batendo em você’ (Ibid., p. 204).

Ao mesmo tempo, no entanto, constitui uma satisfação disfarçada deste mesmo amor, a que deve o prazer que suscita: “esse ser espancado é agora uma convergência do sentimento de culpa e do amor sexual. *Não é apenas o castigo pela relação genital proibida, mas também o substituto regressivo daquela relação*” (Ibid., p. 205).

A terceira fase alcança novamente a consciência através de novos disfarces. As crianças espancadas são agora a série de substitutos da autora da fantasia, e a satisfação que provoca é só aparentemente sádica: “apenas a *forma* dessa fantasia é sádica; a satisfação que deriva assumiu a catexia libidinal da porção reprimida e, ao mesmo tempo, o sentimento de culpa que está ligado ao conteúdo daquela porção” (Ibid., p. 206).

Nos homens, a forma final e consciente da fantasia é a de estar sendo espancado por uma mulher. A atitude feminina, passiva, constitui o elo com a porção reprimida de onde deriva a satisfação, cuja forma é análoga à segunda fase da fantasia feminina: “sou amado pelo meu pai” (Ibid., p. 213). Em homens e mulheres, portanto, “a fantasia de espancamento tem sua origem numa ligação

incestuosa com o pai” (Ibid., p. 213). Para o homem a vantagem da fantasia é possibilitar “uma atitude feminina sem uma escolha homossexual de objeto” (Ibid., p. 214).

As transformações que a fantasia sofre atestam, portanto, a contribuição feita pelo recalçamento dos amores incestuosos a sua forma final.

Freud deriva daí a necessidade de compreender as organizações sexuais definitivas onde tais fantasias são atuadas – perversões – através de um recurso aos conflitos edipianos. Qualquer fixação pulsional infantil “é levada a uma relação com o objeto de amor incestuoso da criança, com o seu complexo de Édipo” (Ibid., p. 207), e este atravessamento produzirá efeitos em sua forma ulterior.

A fantasia de espancamento e outras fixações perversas análogas também seriam apenas resíduos do complexo de Édipo, cicatrizes, por assim dizer, deixadas pelo processo que terminou, tal como o notório ‘sentimento de inferioridade’ corresponde a uma cicatriz narcísica do mesmo tipo (Ibid., p. 208).

O texto marca, assim, a inscrição das peculiaridades das organizações sexuais adultas entendidas como perversas na mesma lógica que permitiu o entendimento freudiano das neuroses:

A sexualidade infantil, que é mantida sob repressão, atua como a principal força motivadora na formação de sintomas; e a parte essencial do seu conteúdo, o complexo de Édipo, é o complexo nuclear das neuroses. Espero haver levantado, neste artigo, a expectativa de que as aberrações sexuais da infância, bem como as da maturidade, são ramificações do mesmo complexo (Ibid., p. 218).

O estado pulsional de coisas à época do clímax edipiano, que antecede a onda de recalçamento que instaura o período de latência, será sistematizado em artigo de 1923, *A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade* (Freud, 1996 [1923a]).

A lacuna deixada nos *Três ensaios* a este respeito será ocupada por uma fase batizada de ‘fállica’. Ela congrega uma precoce primazia genital e uma definida escolha de objeto, mas difere das organizações finais por levar em consideração apenas um órgão genital, o masculino. “O que está presente, portanto, não é uma primazia dos órgãos genitais, mas uma primazia do *falo*” (Freud, 1996 [1923a], p. 158).

No menino, a primazia se explica pela vinculação de seu narcisismo (a reciprocidade que encontra no olhar da mãe) a “essa parte do [seu] corpo, facilmente excitável, inclinada a mudanças e tão rica em sensações” (Ibid., p. 158). A questão das condições da perda do amor buscará então elucidação nas diferenças genitais. “Ele quer vê-la [essa parte de seu corpo] também em outras pessoas, de modo a compará-la com a sua, e comporta-se como se tivesse uma vaga idéia de que esse órgão poderia e deveria ser maior” (Ibid., p. 158). Descobrimos a ausência do órgão em algumas criaturas, vincula a diferença à perda de amor:

supõe ser a falta de um pênis resultado de ter sido castrada como punição. (...) a criança acredita que são apenas pessoas desprezíveis do sexo feminino que perderam seus órgãos genitais – mulheres que, com toda probabilidade, foram culpadas de impulsos inadmissíveis semelhantes ao seu próprio (Ibid., p. 160).

O conflito fálico fundamental se estabelece, assim, entre a vinculação do narcisismo a seu órgão mais excitável (ela própria uma conciliação entre experiências arcaicas de satisfação e a excitabilidade proeminente dos genitais) e a supervalorização do objeto-mãe, a quem falta tal órgão. De fato, no psiquismo infantil a mãe “retém o pênis por longo tempo” (Ibid., p. 160).

Pois bem, um ano depois, em *A dissolução do complexo de Édipo* (Freud, 1996 [1924a]), o autor discute o impasse edipiano, e sua eventual superação, informado pelo falicismo do cenário pulsional genital infantil.

A princípio o abandono das escolhas de objeto incestuosas seria motivado por “inevitáveis experiências aflitivas” (Freud, 1996 [1924a], p. 193), as de ser preterido. A ausência de reciprocidade plena dos pais faria sucumbir o complexo “pelos efeitos de sua impossibilidade interna” (Ibid., p. 193). A vinculação entre narcisismo e falo, no entanto, terá influência também decisiva, sendo o que dá origem no cenário edipiano ao ‘complexo de castração’.

O conflito entre a excitabilidade genital e o amor dos adultos é bastante precoce: “quando o interesse da criança (do sexo masculino) se volta para os seus órgãos genitais, ela revela o fato manipulando-os freqüentemente, e então descobre que os adultos não aprovam esse comportamento” (Ibid., p. 194).

A ameaça de perda dessa parte do corpo, por outro lado, surge da série de separações a que foi submetida, incluindo “a retirada do seio materno – a

princípio de modo intermitente, e mais tarde, definitivamente – e a exigência cotidiana que lhes é feita para soltarem os conteúdos do intestino” (Ibid., p. 195), assumindo uma carga especialmente trágica durante o Édipo e a fase fálica.

Sua aceitação da possibilidade de castração, seu reconhecimento de que as mulheres eram castradas, punha fim às duas maneiras possíveis de obter satisfação do complexo de Édipo, de vez que ambas acarretavam a perda de seu pênis – a masculina como uma punição resultante e a feminina como precondição (Ibid., p. 196).

A criança é instada a escolher entre o eu e a satisfação, sendo a escolha do eu o que instaura a latência.

As tendências libidinais pertencentes ao complexo de Édipo são em parte dessexualizadas e sublimadas (...) e em parte são inibidas em seu objetivo e transformadas em impulsos de afeição. Todo o processo, por um lado, preservou o órgão genital – afastou o perigo de sua perda – e, por outro, paralisou-o – removeu sua função (Ibid., p. 196).

Nas meninas o percurso típico é diferente, posto que a sede de sua excitabilidade genital – o clitóris – não se presta tão diretamente ao papel de objeto do desejo materno. O que a mãe deseja no pai é algo que ela, a menina, não tem.

O complexo de castração toma então outros rumos: pode ser que a menina se console “com a expectativa de que mais tarde, quando ficar mais velha, adquirirá um apêndice tão grande quanto o do menino” (Ibid., p. 198), o que alimentaria um desejo de eventualmente tornar-se o pai, sendo esta a condição de satisfação plena. Outra possibilidade é presumir “que, em alguma época anterior, possuía um órgão igualmente grande e depois perdera-o por castração” (Ibid., p. 198). Nesse caso, em “que a menina aceita a castração como um fato consumado” (Ibid., p. 198), compensações serão buscadas através da posse de outros objetos de desejo, paradigmaticamente de um bebê.

Ela desliza – ao longo da linha de uma equação simbólica, poder-se-ia dizer – do pênis para um bebê. Seu complexo de Édipo culmina em um desejo, mantido por muito tempo, de receber do pai um bebê como presente – dar-lhe um filho (Ibid., p. 198).

Resta saber o quanto a frequência destes desdobramentos deve aos contingentes ideais culturais e familiares e, talvez principalmente, às peculiaridades do desejo materno. De fato, Freud acrescenta que

As relações cronológicas e causais, aqui descritas, entre o complexo de Édipo, a intimidação sexual (a ameaça de castração), (...) e o começo do período de latência são de um gênero típico, porém não desejo asseverar que esse tipo seja o único possível (Ibid., p. 199).

No mesmo ano, Freud volta à questão do masoquismo, em *O problema econômico do masoquismo* (Freud, 1996 [1924b]), agora sob a ótica do novo dualismo pulsional vida/morte.

Esta forma de organização da satisfação sexual sempre foi algo refratária a explicações econômicas: “se os processos mentais são governados pelo princípio de prazer de modo tal que o seu primeiro objetivo é a evitação do desprazer e a obtenção do prazer, o masoquismo é incompreensível” (Freud, 1996 [1924b], p. 177). A introdução da pulsão de morte, no entanto, fornecera uma base para a compreensão das mais variadas manifestações do masoquismo.

Freud discerne três de suas formas: “como condição imposta à excitação sexual” (Ibid., p. 179) – masoquismo erógeno –, “como expressão da natureza feminina” (Ibid., p. 179) – masoquismo feminino –, e “como norma de comportamento” (Ibid., p. 179) – masoquismo moral. O masoquismo erógeno é primário, “jaz ao fundo também das outras duas formas” (Ibid., p. 179).

O masoquismo feminino é o que se manifesta através das fantasias de espancamento, sejam atuadas ou não: “os desempenhos são, no fim das contas, apenas uma execução das fantasias em jogo” (Ibid., p. 179). Seu conteúdo manifesto, “ser amordaçado, amarrado, dolorosamente espancado, açoitado, de alguma maneira maltratado, forçado à obediência incondicional, sujado e aviltado” (Ibid., p. 179), traduz o desejo de “ser tratado como uma criança pequena e desamparada, mas, particularmente, como uma criança travessa” (Ibid., p. 180). Tais fantasias “colocam o indivíduo numa situação caracteristicamente feminina; elas significam, assim, ser castrado, ou ser copulado, ou dar à luz um bebê” (Ibid., p. 180). Ao mesmo tempo é satisfeito um sentimento de culpa vinculado à ambivalência característica da masturbação infantil (causa de prazer e de perda de amor): “o indivíduo presume que cometeu algum crime (cuja natureza

é deixada indefinida), a ser expiado por todos aqueles procedimentos penosos e atormentadores” (Ibid., p. 180).

Esta erotização do sofrimento baseia-se, antes de tudo, em fundamentos pulsionais. O que permite que o sofrimento e o desprazer sejam inscritos como trilhas de excitação é a força de dissolução que “procura desintegrar o organismo” (Ibid., p. 181) conduzindo-o “para um estado de estabilidade inorgânica” (Ibid., p. 181), a pulsão de morte.

A libido tem a missão de tornar inócuo o instinto destruidor e a realiza desviando esse instinto, em grande parte, para fora (...) no sentido de objetos do mundo externo. O instinto é então chamado de instinto destrutivo, instinto de domínio ou vontade de poder. Uma parte do instinto é colocada diretamente a serviço da função sexual, onde tem um papel importante a desempenhar. Esse é o sadismo propriamente dito. Outra porção não compartilha dessa transposição para fora; permanece dentro do organismo e, com o auxílio da excitação sexual acompanhante acima descrita, lá fica libidinalmente presa. É nessa porção que temos de identificar o masoquismo original, erógeno (Ibid., p. 181).

O sadismo, o masoquismo e suas ramificações e desdobramentos traduzem, pois, um “amansamento do instinto de morte pela libido” (Ibid., p. 181), através de “fusão e amalgamação” (Ibid., p. 181). As marcas da pulsão de dissolução – inscrições da morte como trilha pulsional – comparecem, assim, em toda a extensão do desenvolvimento, assumindo “revestimentos psíquicos cambiantes” (Ibid., p. 182):

O medo de ser devorado pelo animal totêmico (o pai) origina-se da organização oral primitiva; o desejo de ser espancado pelo pai provém da fase das fantasias masoquistas como um precipitado do estágio ou organização fálica, e da organização genital final surgem, naturalmente, as situações de ser copulado e de dar nascimento, que são características da feminilidade (Ibid., p. 182).

Vale dizer que talvez as teorias sexuais infantis também sejam atravessadas por este cenário pulsional, particularmente a concepção sádica do coito e a interpretação da ausência de pênis como resultado de uma castração.

A terceira forma de masoquismo, moral, é seu mais refinado disfarce. A inadvertida insistência em normas de comportamento auto-destrutivas manifestadas no processo de análise por resistências à cura e adesividade a satisfações sintomáticas, leva Freud a considerar o lucro envolvido na enfermidade como uma manifestação masoquista.

A recorrência do fracasso, interpretado como obra do “poder sombrio do Destino” (Ibid., p. 185), satisfaz aquela mesma culpa, ainda que inconsciente, advinda da (e mantida pela) cisão entre eu e ideal. Esta cisão, reflexo da inscrição das primeiras insatisfações, foi erotizada no contexto edipiano através das fantasias de espancamento pelo pai, uma tentativa de solução encarnada no desejo “de ter uma relação sexual passiva (feminina) com ele” (Ibid., p. 187).

Pois no masoquismo moral, o Destino, “a Providência, Deus, ou Deus e a Natureza” (Ibid., p. 186) substituem-se ao pai, e o fracasso torna-se o castigo sofrido, substituto da relação sexual passiva. Assim,

o masoquismo cria uma tentação a efetuar ações ‘pecaminosas’, que devem ser expiadas pelas censuras da consciência sádica (...) ou pelo castigo do grande poder parental do Destino. A fim de provocar a punição deste último representante dos pais, o masoquista deve fazer o que é desaconselhável, agir contra seus próprios interesses, arruinar as perspectivas que se abrem para ele no mundo real e, talvez, destruir sua própria existência real (Ibid., p. 187).

Finalmente, em *Sexualidade feminina* (Freud, 1996 [1931]), o autor aborda extensamente as peculiaridades da sexualidade feminina pré-edipiana e discute as condições para o abandono da mãe como objeto, válidas em grande parte para ambos os sexos.

A primeira e mais intensa ligação que a menina desenvolve é com sua mãe, e isto produz efeitos bastante significativos em seu complexo de Édipo. A ambivalência própria desta primeira relação tingirá de hostilidade as posteriores: o autor observa, por exemplo, “que muitas mulheres que escolheram o marido conforme o modelo do pai, ou o colocaram em lugar do pai, não obstante repetem para ele, em sua vida conjugal, seus maus relacionamentos com as mães” (Freud, 1996 [1931], p. 239). A hostilidade dirigida à mãe, por sua vez, “não é consequência da rivalidade implícita no complexo de Édipo, mas se origina da fase precedente, tendo sido simplesmente reforçada e explorada na situação edipiana” (Ibid., p. 239).

Antes de qualquer investimento do pai como objeto, pois, o objeto-mãe, ao mesmo tempo intensamente amado e insatisfatório, fornece as bases para os conflitos posteriores por características intrínsecas a essa ligação:

O amor infantil é ilimitado; exige a posse exclusiva, não se contenta com menos do que tudo. Possui, porém, uma segunda característica; não tem, na realidade, objetivo, sendo incapaz de obter satisfação completa, e, principalmente por isso, está condenado a acabar em desapontamento e a ceder lugar a uma atitude hostil (Ibid., p. 239).

A insaciabilidade que acompanha este investimento tão intenso e exclusivo dará origem a uma hostilidade posteriormente justificada de diversas formas. Assim, configuram-se as acusações de que a mãe

falhou em fornecer à menina o único ou o órgão genital correto, que não a amamentou o suficiente, que a compeliu a partilhar o amor da mãe com outros, que nunca atendeu às expectativas de amor da menina, e, finalmente, que primeiro despertou a sua atividade sexual e depois a proibiu (Ibid., p. 242).

Sendo a ambivalência, enfim, comum a toda criança, o Édipo masculino também se configurará em função dela, residindo a crucial diferença em que “os meninos podem lidar com seus sentimentos ambivalentes com a mãe dirigindo toda sua hostilidade para o pai” (Ibid., p. 243).

Para além da insaciabilidade, uma outra antítese se estabelece já nos primórdios, aquela entre passividade e atividade, que estabelecerá o primeiro critério de distinção entre feminilidade e masculinidade. A este respeito faz diferença o fato de que “as primeiras experiências sexuais e sexualmente coloridas que uma criança tem em relação à mãe são, naturalmente, de caráter passivo. Ela é amamentada, alimentada, limpa e vestida por esta última” (Ibid., p. 244).

O esforço em reagir ativamente a isto – “parte do trabalho que lhe é imposto de dominar o mundo externo” (Ibid., p. 244) – se depara particularmente com frustrações: tais tendências ativas revelam-se “totalmente irrealizáveis e, portanto, são mais prontamente abandonadas pela libido” (Ibid., p. 247). Acabarão, de fato, sendo projetadas no pai. No menino, por exemplo, o temor de ser devorado pelo pai “provavelmente constitui o produto de uma transformação da agressividade oral dirigida para a mãe. A criança deseja comer a mãe, de quem recebe seu alimento” (Ibid., p. 245). Nas meninas a posição ativa em primeiro lugar é realizada “de maneira indireta, em seu brinquedo com a boneca, brinquedo em que representa a mãe, e a boneca, a filha” (Ibid., p. 245). Mais tarde pode motivar ainda, já transformada, as fantasias de sedução pela mãe, eventualmente substituída pelo pai.

O que se deduz de todos estes desdobramentos da sexualidade humana é que as transformações da puberdade se instauram uma primazia genital, o fazem sempre de forma mais ou menos idiossincrática. O estatuto de tal primazia não se estabelece à revelia dos caminhos pulsionais da infância, e a organização “final” refletirá inescapavelmente os percalços dos investimentos mais precoces, cujos traços mais recorrentes tomarão as mais diversas formas manifestas.

Como escreve Freud neste último artigo, insistindo na abertura que permeia toda a sua teorização da sexualidade,

É quase impossível fornecer uma descrição que possua validade geral. Encontramos as mais diferentes reações em diferentes indivíduos e, no mesmo indivíduo, as atitudes contrárias coexistem lado a lado. Com a primeira intervenção da proibição, o conflito se forma e, doravante, acompanhará o desenvolvimento da função sexual (Ibid., p. 241).

Terá sido necessário reduzir novamente a pluralidade dos percursos de configuração da sexualidade em função de uma nosografia que as separasse, pondo de um lado as normais e de outro as perversas? É o que passamos a examinar.

4

Um esboço classificatório dinâmico

O limite entre o que se descreve como estado mental normal e como patológico é tão convencional e tão variável que é provável que cada um de nós o transponha muitas vezes no decurso de um dia.
(Freud, 1906)¹

Um segundo ponto de vista sobre a delimitação do que seja perversão em psicanálise é tomar como operador disso que seria uma verdadeira estrutura clínica o mecanismo da *Verleugnung*.

Uma posição radicalmente oposta à estrutural a este respeito é novamente a de Barande (1980). Valorizando o caráter clínico da psicanálise, este autor estende sua crítica da categoria de perversão a toda entidade diagnóstica:

A mesma chamada de atenção aplicar-se-ia, aliás, aos termos de: neurose, psicose, histeria, etc., de tal forma é manifesto que as preocupações nosográficas são fundamentalmente estranhas ao desenvolvimento psicanalítico logo que este se mantém fiel ao espírito da sua descoberta, o mais próximo possível da experiência clínica, único garante da sua especificidade (Barande, 1980, p. 163).

Isto nos coloca a tarefa de investigar as considerações nosográficas de Freud. Ele parece ficar entre uma visão e outra: deixou alguns esboços de classificação, que Barande interpreta como sendo meras “sistematizações didáticas” (Ibid., p. 163), cujas fronteiras são bastante fluidas e que se organizam em torno de pólos entre os quais não se encontra a ‘perversão’.

No manuscrito, enviado a Ferenczi, *Neuroses de transferência: uma síntese* (1987 [1915a]), que seria o décimo-segundo dos artigos sobre metapsicologia se não tivesse sido abandonado, Freud deixou uma indicação do que poderia ser a classificação diagnóstica relativa ao primeiro dualismo pulsional, pulsões sexuais/pulsões do eu. O autor lista seis afecções divididas em dois grupos: as neuroses de transferência – histeria de angústia; histeria de conversão; neurose obsessiva – e as neuroses narcisistas – demência precoce; paranóia; melancolia-mania (Freud, 1987 [1915a], p. 73). A perversão aparece como um adjetivo, ligado a ‘satisfações’, e sua definição – “que não levam à procriação” (Ibid., p. 76) – nos faz lembrar as ressalvas dos *Três ensaios* sobre a exterioridade de algumas das premissas das quais parte a teorização psicanalítica.

¹ Freud, 1996 [1907 [1906]], p. 47.

Um outro esboço merece um exame bem mais extenso, por delinear o contexto classificatório vigente na época do texto de 1927 sobre o fetichismo, lido hoje como estabelecendo as bases de uma estrutura perversa. Depois da introdução da nova topografia psíquica, em *O ego e o id* (Freud, 1996 [1923b]), esta outra classificação vai se insinuar através de dois textos que são como apêndices do livro de 1923. No primeiro deles, *Neurose e psicose* (Freud, 1996 [1924 [1923]]), Freud situa, desde o título, os dois pólos entre os quais situará conflitos específicos. O pólo neurótico diz respeito a soluções de tensões entre o eu e o isso; o pólo psicótico, entre o eu e o mundo externo.

A hesitação de Freud quanto ao esboço, ao sugerir que a fórmula é, no máximo, uma solução geral e grosseira (Freud, 1996 [1924 [1923]], p. 167), indica que tais pólos são apenas abstrações, e que afecções específicas, mesmo as mais recorrentes e razoavelmente sistematizadas em sua obra – histeria, obsessão, paranóia, melancolia – transitarão na verdade pelo *continuum* entre tais pólos, assim como o que quer que se convençione chamar de normalidade.

É notável, e merece alguma explicação, que a tríade topográfica eu-isso-supereu vá constituir uma nosografia de dois pólos: isto se dá como consequência do caráter híbrido do supereu, que “une em si influências originárias tanto do id quanto do mundo externo” (Ibid., p. 169). Assim, as tensões entre eu e supereu recairão também em pontos do *continuum*, mesmo que Freud faça menção de agrupá-las sob o rótulo de “psiconeuroses narcísicas” (Ibid., p. 170), motivado muito mais por razões lógicas e teóricas do que clínicas. A instância superegóica não chega a motivar de forma decidida este hipotético terceiro pólo diagnóstico.

Vale lembrar a investigação destas tensões que havia empreendido em *O ego e o id*, onde está explícito que “os conflitos entre o ego e o ideal (...) em última análise refletirão o contraste entre o que é real e o que é psíquico, entre o mundo externo e o mundo interno” (Freud, 1996 [1923b], p. 49). Foi ali que diferenciou duas formas de lidar com a culpa – “expressão de uma condenação do ego pela sua instância crítica” (Ibid., p. 63), ou ainda um índice da tensão eu-supereu – que constituem as mesmas e já familiares neurose obsessiva e melancolia, conforme a solução se desse *às expensas* do isso ou do mundo externo, respectivamente.

Em certas formas de neurose obsessiva, o sentimento de culpa é super-ruidoso (...) A análise acaba por demonstrar que o superego está sendo influenciado por processos que permaneceram desconhecidos ao ego. É possível descobrir os impulsos reprimidos que realmente se acham no fundo do sentimento de culpa. Assim, nesse caso, o superego sabia mais do que o ego sobre o id inconsciente. (...) enquanto na melancolia o objeto a que a ira do superego se aplica foi incluído no ego mediante identificação (Ibid., p. 64).

Na neurose obsessiva, pelo “fato de o objeto ter sido retido” (Ibid., p. 66), supõe-se que o que constituiu problema foram os impulsos: a tensão manifesta entre eu e superego remete a uma tensão entre eu e isso. Na melancolia, ao contrário, o objeto foi incluído no eu, o que permitiu que este abandonasse um, supõe-se, problemático investimento no mundo externo: aqui é esse conflito com o exterior que origina a sintomática tensão entre eu e superego. Aliás, Freud indica em *Neurose e psicose* que a melancolia até então não estava separada “das outras psicoses” (Freud, 1996 [1924 [1923]], p. 170).

Um terceiro pólo, portanto, seja ele narcísico ou perverso, tem, até aqui, pouca consistência. O narcisismo como rótulo classificatório é particularmente enigmático, já que todas as tensões que perpassam a nova topografia têm o eu como ponto de referência. Um outro complicador é que este termo havia sido introduzido como consequência de uma dualidade pulsional anterior, que por sua vez motivara, como vimos, uma outra classificação: neuroses de transferência *versus* neuroses narcisistas, e estas últimas comportavam, com exceção talvez da melancolia, as mesmas afecções que vão constituir um pólo próprio no novo esboço classificatório, o da psicose.

Voltemos por um instante a *Sobre o narcisismo: uma introdução* (Freud, 1996 [1914]) a fim de investigarmos mais a fundo a possibilidade deste conceito sustentar uma categoria diagnóstica própria. A digressão nos interessa também, mais especificamente, pela relação, em geral subentendida, mas pouco problematizada, entre perversão e narcisismo. Para Chasseguet-Smirgel (1991), por exemplo, este último é um dos “elementos que nos pareceram dominar a solução perversa” (Chasseguet-Smirgel, 1991, p. 291), ou, mais claramente, um dos fatores que coexistem “no seio da perversão” (Ibid., p. 18).

A autora serve de exemplo por ser explícita, mas não é exceção: muito freqüentemente é trilhada a série que do narcisismo (e da ‘escolha de objeto narcísico’) leva à homossexualidade e desta à perversão, mas precisamente na

direção oposta à de Freud, que partiu sempre do caricato em direção ao complexo e matizado. Pois bem, o texto freudiano de 1914 sobre o narcisismo localiza, logo de início, as raízes deste termo:

foi escolhido por Paul Näcke em 1899 para denotar a atitude de uma pessoa que trata seu próprio corpo da mesma forma pela qual o corpo de um objeto sexual é comumente tratado – que o contempla, vale dizer, o afaga e o acaricia até obter satisfação completa através dessas atividades. Desenvolvido até esse grau, o narcisismo passa a significar uma *perversão* (Freud, 1996 [1914], p. 81, grifo meu).

O contexto de onde Freud parte, mais uma vez, é o estudo positivista das perversões empreendido pela psiquiatria da segunda metade do século XIX: a referência a Paul Näcke (psiquiatra e criminologista) – ocasionalmente negligenciada, aliás, quando o trecho é citado – esclarece como o recurso ao termo ‘perversão’ deve ser encarado. Novamente, parece servir em grande parte como mera matéria-prima para reflexões amplas acerca do psiquismo humano, constituindo, como sempre, uma espécie de caricatura deixada para trás assim que possível em favor de dinâmicas complexas e generalizadas.

O narcisismo nesse sentido não seria uma perversão, mas o complemento libidinal do egoísmo do instinto de autopreservação, que, em certa medida, pode justificavelmente ser atribuído a toda criatura viva (Ibid., p. 81).

O narcisismo é então plenamente disseminado através do conceito de narcisismo primário: é daí que extrai sua força, que é inversamente proporcional à sua capacidade de delimitar uma entidade diagnóstica específica. Aliás, como perversão, no sentido tradicional, ele é plenamente subvertido, a ponto de tornar o investimento objetal a verdadeira exceção. Até mesmo a supervalorização sexual, até então o maior avatar do amor objetal – “quando o indivíduo parece desistir de sua própria personalidade em favor de uma catexia objetal” (Ibid., p. 83) – será tributário do narcisismo: “se origina, sem dúvida, do narcisismo original da criança, correspondendo assim a uma transferência desse narcisismo para o objeto sexual” (Ibid., p. 95).

Essa supervalorização, “um estigma narcisista no caso da escolha objetal” (Ibid., p. 97), que nos *Três Ensaio*s inaugura a estranha proximidade entre a paixão romântica e as perversões, é agora responsável por fenômenos ainda mais

ordinários, como a “atitude de pais afetuosa para com os filhos, (...) uma revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo” (Ibid., p. 97).

Por fim, o raciocínio leva Freud a uma conclusão surpreendente: esta inescapável dose de narcisismo que alimenta e sustenta o amor dos pais pelo filho, “sua majestade o bebê” (Ibid., p. 98), é a mesma que sustenta a figura do criminoso:

O narcisismo de outra pessoa exerce grande atração sobre aqueles que renunciaram a uma parte de seu próprio narcisismo e estão em busca do amor objetual. O encanto de uma criança reside em grande medida em seu narcisismo, seu autocontentamento e inacessibilidade, assim como também o encanto de certos animais que parecem não se preocupar conosco, tais como os gatos e os grandes animais carniceiros. Realmente, mesmo os grandes criminosos e os humoristas, conforme representados na literatura, atraem nosso interesse pela coerência narcisista com que conseguem afastar do ego qualquer coisa que o diminua (Ibid., p. 95-96).

Perguntemo-nos, enfim, se este “narcisismo de outra pessoa” não é alimentado, em grande parte, pelo encanto que lhe é dirigido: Freud não parece estar tentando inaugurar a psicologia dos “grandes animais carniceiros” com base no conceito de narcisismo, mas sim elucidar os mecanismos narcísicos, tão cotidianos, que fundamentam nossos investimentos objetuais. É, pois, do lado do objeto, como coadjuvantes, que surgem as figuras da criança, do animal e... do perverso oitocentista, essencialmente criminoso.

É bom lembrar ainda que o último coadjuvante nesta série imaginária é o próprio analista. Uma das conclusões do texto de 1914 é que amar “o que possui a excelência que falta ao ego para torná-lo ideal” (Ibid., p. 107) é amar “segundo o tipo narcisista de escolha objetual” (Ibid., p. 107). Esse expediente, fundamentalmente narcísico, é, no entanto, “de especial importância para o neurótico” (Ibid., p. 107), que “em geral traz para o tratamento expectativas dessa espécie, dirigindo-as à pessoa do médico” (Ibid., p. 107).

Parece então que, descontados os estereotipados coadjuvantes das fantasias neuróticas, os expedientes narcísicos disseminam-se pelo *continuum* neurose-
psicose, tendo seu ápice de explicitação certamente não em um terceiro pólo, mas talvez no represamento libidinal e conseqüente desligamento do mundo externo típico do campo psicótico.

É assim, como o narcisismo, que aparecem em *Neurose e psicose* outros expedientes, ainda em caráter de suposição, que só aparentemente constituem exceções ao *continuum*. “Seria desejável saber”, escreve Freud, “em que circunstâncias e por que meios o ego pode ter êxito em emergir de tais conflitos, que certamente estão sempre presentes, sem cair enfermo” (Freud, 1996 [1924 [1923]], p. 170). É a partir desta busca pela saúde que surgem, ao invés disso, determinadas estratégias do eu: este evitará “uma ruptura em qualquer direção deformando-se, submetendo-se a usurpações em sua própria unidade e até mesmo, talvez, efetuando uma clivagem ou divisão de si próprio” (Ibid., p. 170). Freud está esboçando um caminho para pensar as “perversões sexuais” no mesmo nível que meras “incoerências” ou “excentricidades” (Ibid., p. 170): expedientes para evitar rupturas em direção a um dos pólos do *continuum*, entre os quais se situe inclusive o que quer que passe como normalidade. Formas intermediárias, digamos, de mal-estar.

Esta gama de soluções (deformações e clivagens) é, na verdade, bastante comum: dificilmente pode ser segregada do modo de funcionamento ordinário do eu. Em *O ego e o id*, Freud havia escrito:

Sempre que possível, [o eu] tenta permanecer em bons termos com o id; veste as ordens *Ics.* do id com suas racionalizações *Pcs.*; finge que o id está mostrando obediência às admoções da realidade, mesmo quando, de fato, aquele permanece obstinado e inflexível; disfarça os conflitos do id com a realidade e, se possível, também os seus conflitos com o superego. Em sua posição a meio caminho entre o id e a realidade, muito freqüentemente se rende à tentação de tornar-se sicofanta, oportunista e mentiroso, tal como um político que percebe a verdade, mas deseja manter seu lugar no favor do povo (Freud, 1996 [1923b], p. 68-69).

Se mentira, oportunismo, incoerência, excentricidade são manifestações ocasionais de deformações e clivagens, são também vicissitudes inescapáveis: decorrem da posição mesma do eu na nova topografia.

No segundo “apêndice” de *O ego e o id*, intitulado *A perda da realidade na neurose e na psicose* (Freud, 1996 [1924c]), o autor, em conformidade com esta linha de raciocínio, vai discutir a própria distinção qualitativa entre neurose e psicose.

Fica ainda mais claro, aqui, que são pólos de um *continuum* e, enquanto tal, meras abstrações: quanto mais as “neuroses” e “psicoses” tornam-se corporificadas e singularizadas, ou seja, quanto mais nos aproximamos da clínica,

mais dificuldades encontramos para traçar distinções definitivas entre elas. A neurose, por exemplo, – e este é o argumento central do texto – não está isenta de conflitos com a realidade:

A distinção nítida entre neurose e psicose, contudo, é enfraquecida pela circunstância de que também na neurose não faltam tentativas de substituir uma realidade desagradável por outra que esteja mais de acordo com os desejos do indivíduo. Isso é possibilitado pela existência de um mundo de fantasia, de um domínio que ficou separado do mundo externo real na época da introdução do princípio de realidade (Freud, 1996 [1924c], p. 208).

Na medida em que se misturam – em relação a quanto “perdem” da realidade, por exemplo – os pólos deixam para trás, em seu lugar, instâncias mais gerais: “tanto a neurose quanto a psicose são, pois, expressão de uma rebelião por parte do id contra o mundo externo” (Ibid., p. 206). Em termos de forças, os pólos tornam-se algo como desejo e frustração (ou, melhor ainda, censura, como frustração internalizada), e este conflito vai permear *todas* as soluções intermediárias, particulares, apenas precariamente recortadas e agrupadas sob os termos neurose e psicose.

Estas soluções, distribuídas pelo *continuum*, ganham também temporalidade quando Freud começa a pensar sobre as ‘etapas’ tanto da neurose quanto da psicose. Traçando uma distinção entre o “começo da neurose” (Ibid., p. 205) e seus desdobramentos, e estendendo o raciocínio à psicose, abre caminho para uma mobilidade e um dinamismo muito maior em sua classificação (se é que o termo ainda se aplica, a esta altura). Uma primeira etapa da psicose, por exemplo, “arrastaria o ego para longe [...] da realidade” (Ibid., p. 206), mas seria sucedida por uma fase oposta, de recuperação da realidade, mesmo que pela via autocrática do delírio. Trata-se agora de um raciocínio por “processos” que são “acionados” e levados a cabo “contra forças que se lhe opõem violentamente” (Ibid., p. 207).

O novo esboço, portanto, estabelece um cenário constituído por um jogo de forças que leva em conta a contingência e a temporalidade dos processos em ação. Mecanismos defensivos variados operam, em toda a extensão do *continuum*, em resposta a uma pulsão que em determinado momento “faz uma arremetida para a frente” (Ibid., p. 207) ou a um fragmento de realidade que “se impõe à mente” (Ibid., p. 208). Qualquer solução, compromisso, desfecho “constitui apenas uma conciliação e não proporciona satisfação completa” (Ibid., p. 207). Passamos de

entidades diagnósticas estáticas e exclusivas em determinado indivíduo a soluções temporárias, dinâmicas, complexas, que não são mutuamente exclusivas e que, a princípio, são possíveis em qualquer indivíduo particular.

Uma destas soluções, finalmente, é, na linguagem das perversões, o fetichismo.

O fetichismo e o texto freudiano a ele dedicado tornaram-se o principal ponto de ancoragem de grande parte do discurso psicanalítico dedicado ao campo da perversão. Chasseguet-Smirgel (1991) sugere que a partir de 1927

O fetichismo tornar-se-á o modelo das perversões, enquanto possui os mecanismos adequados a nos fazer entender a especificidade do modo de relação do perverso com a realidade (Chasseguet-Smirgel, 1991, p. 42).

Helsing (1996), da mesma forma, escreve que

Com este artigo de 1927, Freud nos proporcionou através de seu vasto percurso teórico e clínico as bases fundamentais para os protótipos da estrutura perversa, centrando-a no complexo edípico, tendo a recusa da castração e a eleição do objeto fetiche como alicerces conceituais patognomônicos da perversão propriamente dita (Helsing, 1996, p. 99).

Valas (1990), por sua vez, acrescenta:

Esse texto, publicado em 1927, apresenta-se em sua elaboração como uma porta de entrada necessária ao estudo das perversões no campo freudiano (...). É como uma forma de acabamento de todos os trabalhos que consagrou ao problema das perversões, de sorte que o fetichismo se apresenta bem como sinal de orientação para que se observe o extraordinário polimorfismo das manifestações perversas. A perversão, com efeito, deve ser distinta em sua estrutura própria (...). [O fetichismo] se apresenta como uma espécie de modelo geral, por seus elementos invariantes; pode-se, portanto, demarcá-lo como uma estrutura (Valas, 1990, p. 88-89).

É possível, no entanto, que estas leituras percorram Freud precisamente em reverso. A partir do artigo de 1927, *Fetichismo*, buscam re-instaurar delimitações precisas entre perversão e normalidade, fazendo a especificidade do fetichismo estender-se apenas o suficiente para tornar-se sinônimo de perversão e agrupar sob o termo novamente todo o catálogo comportamental de desvios da genitalidade. Como lembra Rudge, “se o método psicanalítico nos autoriza a propor uma nosografia, certamente esta não será como a da psiquiatria, que se apóia

fundamentalmente na observação e classificação do comportamento” (Rudge, 2004).

Vale lembrar, em primeiro lugar, que o fetichismo, ainda em 1906, havia sido citado em *Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen* (Freud, 1996 [1907 [1906]]), onde o autor empreende uma bela análise de um personagem da ficção, Norbert Hanold, que de uma paixão por uma escultura desenvolve “subitamente um vivíssimo interesse pelos pés e pelo andar das mulheres” (Freud, 1996 [1907 [1906]], p. 49) e um “delírio *histérico*” (Ibid., p. 48, nota 1). Mesmo levando em conta as grandes ressalvas que deve carregar consigo a análise de uma personagem ficcional, encontramos aqui duas considerações nosográficas decididamente críticas que, se colocadas como um preâmbulo ao texto de 1927, problematizam um pouco a reificação do fetichismo em uma estrutura diagnóstica ‘perversa’.

A primeira indica um decidido afastamento de critérios comportamentais, objetivos, que Freud insinua serem “grosseiros”:

Um psiquiatra talvez incluísse o delírio de Norbert Hanold no vasto grupo da “paranóia”, classificando-o provavelmente como “erotomania fetichista”, já que seu traço mais saliente era uma paixão por uma escultura, e aos olhos desse psiquiatra, que tende a ver tudo pelo prisma mais grosseiro, o interesse do jovem arqueólogo por pés e posições de pés inevitavelmente passaria por “fetichismo” (Ibid., p. 48).

Em sua segunda consideração Freud nos lembra o porquê de abandonar critérios “grosseiros” em direção a um saber clínico, a psicanálise: mais (ou menos) que um diagnóstico, a “*má reputação* de ser um fetichista de pés” (Ibid., p. 49, grifo meu), ou a qualificação de ‘degenerado’, ambos parte do espectro da perversão em sua origem, dificultam

a “empatia”; o diagnóstico de *dégénéré*, certo ou errado, colocaria uma barreira entre o arqueólogo e nós, leitores, que somos pessoas normais, o tipo padrão da humanidade (Ibid., p. 48).

A partir destas considerações, minha intenção é ler no texto de 1927 uma complexificação do fetichismo, originalmente capturado pelo ‘selo da perversão’, que permitirá uma privilegiada abertura para a metapsicologia em direção a

mecanismos e conceitos propriamente analíticos: a *Verleugnung* como mecanismo disseminado e a divisão do eu como fato constitutivo do psiquismo.

É fundamental notar, por exemplo, que no controverso texto dedicado ao fetichismo não aparecem, uma vez sequer, nem o termo ‘perversão’ nem qualquer de seus derivados. É um dado ainda mais importante pelo fato de Freud fazer explícitas referências a seu recente esboço classificatório. De fato, o que constitui um tema (e um problema) para Freud sob este prisma é antes a relação entre o mecanismo que chama de *Verleugnung* e o campo das chamadas psicose.

O termo *Verleugnung* vem sendo traduzido de muitas maneiras diferentes – rejeição, recusa, desmentido, negação, denegação, renegação –, o que acredito refletir justamente sua pluralidade de usos e contextos na própria obra freudiana. A tradução inglesa vigente – rejeição –, assim como a escolha por ‘recusa’ (em menor extensão), parecem enfatizar uma relação direta entre *Verleugnung* e psicose, algo que vinha sendo construído por Freud explicitamente até 1927, e que não deixa de aparecer ainda em textos bem posteriores, como *Construções em análise* (Freud, 1996 [1936]).

Em *A organização genital infantil* (Freud, 1996 [1923a]), o termo aparece através da forma afim *leugnen*, ainda casualmente, não constituindo propriamente um conceito. No entanto, já é convocado desde então para denotar uma reação a um fragmento de realidade que se impõe à mente – a diferença sexual – e que estabelece um conflito. A *Verleugnung*, portanto, desdobra-se imediatamente em prejuízos perceptuais:

A criança chega à descoberta de que o pênis não é uma possessão comum a todas as criaturas que a ela se assemelham (...). Sabemos como as crianças reagem às suas primeiras impressões da ausência de um pênis. Rejeitam [*leugnen*] o fato e acreditam que elas *realmente*, ainda assim, vêem um pênis (Freud, 1996 [1923a], p. 159).

No mesmo ano Freud terminava *Neurose e psicose* perguntando “qual pode ser o mecanismo, análogo à repressão, por cujo intermédio o ego se desliga do mundo externo” (Freud, 1996 [1924 [1923]], p.171). No ano seguinte, em *A perda da realidade na neurose e na psicose*, decide usar ‘*Verleugnung*’ para ocupar este lugar, mas ao mesmo tempo também como sinônimo de recalque, num exemplo bastante conhecido, mas que teve uma tradução particularmente infeliz, já que encobria esta sutileza, forçando uma distinção onde não havia:

a paciente, uma jovem, estava enamorada do cunhado. De pé ao lado do leito de morte da irmã, ela ficou horrorizada de ter o pensamento: ‘Agora ele está livre e pode casar comigo.’ Essa cena foi instantaneamente esquecida e assim o processo de regressão, que conduziu a seus sofrimentos histéricos, foi acionado. Exatamente nesse caso é, ademais, instrutivo aprender ao longo de que via a neurose tentou solucionar o conflito. Ela se afastou do valor da mudança que ocorrera na realidade, reprimindo [*verleugnem*] a exigência instintual que havia surgido — isto é, seu amor pelo cunhado. A reação *psicótica* teria sido uma rejeição [*verleugnen*] do fato da morte da irmã (Freud, 1996 [1924c], p. 206).

Eis um esboço da *Verleugnung* como mecanismo psíquico básico, que se desdobra em soluções “neuróticas” ou “psicóticas” conforme atue sobre uma exigência pulsional ou um dado da realidade.

Em 1925, finalmente, em *Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* (Freud, 1996 [1925a]), a *Verleugnung* é retomada — novamente em relação à diferença sexual — decididamente para ocupar o lugar de mecanismo próprio ao campo da psicose:

pode estabelecer-se um processo que eu gostaria de chamar de ‘rejeição’ [*Verleugnung*], processo que, na vida mental das crianças, não aparece incomum nem muito perigoso, mas em um adulto significaria o começo de uma psicose. Assim, uma menina pode recusar [*verweigert*] o fato de ser castrada, enrijecer-se na convicção de que *realmente* possui um pênis e subseqüentemente ser compelida a comportar-se como se fosse homem (Freud, 1996 [1925a], p. 281-282).

Na parte final deste último trecho, no entanto, percebe-se que o que é negado não é exatamente o mundo externo, mas “o fato de ser castrada”, um fragmento de realidade — a diferença sexual — já permeado por uma determinada significação — a castração. É a significação, e não a percepção, a causa do conflito. Portanto, a *Verleugnung* demonstra, ao mesmo tempo em que oculta, a existência psíquica desta interpretação específica — fálica — do mundo externo. Esta parcela de ambigüidade, enfatizada, a meu ver, quando se traduz o termo por ‘desmentido’, inaugura a conotação que será valorizada em *Fetichismo* (Freud, 1996 [1927a]).

É conveniente considerar, ainda, que o artigo imediatamente precedente a este é *A negativa* (Freud, 1996 [1925b]), ou *Die Verneinung*, que explorava também o tema da ambigüidade, pelo ângulo do discurso. O mecanismo da negativa parece bem próximo da *Verleugnung*, antes de tudo semanticamente. Uma nota de rodapé do editor inglês explica que para traduzir *Verneinung* teve que recorrer a *negation*, um termo menos usual do que *denial*, justamente por este

último ter sido usado “no passado” para traduzir... *Verleugnung*. Em português, aliás, a situação se agrava: traduz-se tanto *to negate* quanto *to deny* por ‘negar’.

Mas a semelhança vai além da semântica. O primeiro exemplo de negativa que Freud apresenta é um analisando dizendo “agora o senhor vai pensar que quero dizer algo insultante, mas realmente não tenho essa intenção” (Freud, 1996 [1925b], p. 265). Este enunciado, que é manifestamente uma negativa, será logo em seguida denunciado como portador também de uma espécie de confissão: “compreendemos que isso é um repúdio, por projeção, de uma idéia que acaba de ocorrer” (Ibid., p. 265). A negativa, enfim, carrega consigo uma afirmação velada, ou melhor, uma aquiescência.

Até onde vai a semelhança ou, por outro lado, se a especificidade de cada mecanismo é suficiente para justificar distinções diagnósticas (e entre quais entidades clínicas) é difícil decidir, mas parece ser o reconhecimento desta mesma parcela de aquiescência também na *Verleugnung* o que motivará o artigo de 1927. Não se trata apenas de negar a castração, mas também de afirmá-la. Para o esboço classificatório dessa década, então, a contribuição que *Fetichismo* traz é uma certa independência entre a *Verleugnung* e desdobramentos tradicionalmente entendidos como psicóticos, sem que disso derive uma nova entidade diagnóstica. O exemplo que Freud oferece para ilustrar esta independência é bastante eloquente em termos de classificação, mas raramente citado:

Na análise de dois jovens aprendi que ambos (...) não haviam conseguido tomar conhecimento da morte do querido pai (...) e, contudo, nenhum deles desenvolvera uma psicose. Desse modo, um fragmento de realidade, indubitavelmente importante, fora rejeitado pelo ego, tal como o fato desagradável da castração feminina é rejeitado nos fetichistas (...). A atitude que se ajustava ao desejo e a atitude que se ajustava à realidade existiam lado a lado. Num de meus dois casos, a divisão constituía a base de uma *neurose obsessiva* moderadamente grave (Freud, 1996 [1927a], p. 158-159, grifo meu).

Incidindo, assim, também sobre um outro fragmento de realidade significado de forma a gerar um conflito – a morte do pai – a *Verleugnung* passa a encontrar sua especificidade no fato de instaurar uma oscilação entre duas atitudes opostas que existem “lado a lado” – ou seja, não se influenciam mutuamente. Daí o recurso cômodo ao fetichismo, entidade oriunda da sexologia oitocentista, que comparece como a forma caricata do desdobramento de uma *Verleugnung* da castração.

A *Verleugnung* da morte já aparecera explicitamente, em textos anteriores, vinculada à religião, que a partir de 1907 é tomada como “neurose obsessiva universal” (Freud, 1996 [1907], p. 116). Em *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (Freud, 1996 [1915b]), a “concepção de uma vida que continua após [a] morte aparente” (Freud, 1996 [1915b], p. 304), ou até a mera “divisão do indivíduo em corpo e alma” (Ibid., p. 304), que fornecem a matéria-prima a toda sorte de crença em “existências pretéritas”, “transmigração das almas” ou “reencarnação” (Ibid., p. 305), constituem uma “negação [*Verleugnung*] da morte, (...) uma atitude ‘convencional e cultural’” (Ibid., p. 305). A relação persiste em *O futuro de uma ilusão* (Freud, 1996 [1927b]), texto contemporâneo a *Fetichismo*: “a religião (...) abrange um sistema de ilusões plenas de desejo juntamente com um repúdio [*Verleugnung*] da realidade” (Freud, 1996 [1927b], p. 52).

O fato de esta divisão de atitudes poder ocasionalmente culminar em uma *neurose* e ter papel central em fenômenos culturais tão básicos e pregnantes quanto a religião desvencilha o mecanismo, enfim, não só do campo da psicose, mas de qualquer captura classificatória. Na raiz etimológica do termo, afinal, encontra-se algo bastante cotidiano, a mentira: “-*leugnen*: Da raiz indo-européia **leugh-* (mentir)” (Hanns, 1996, p. 305). É fundamental que o uso banal, ordinário do termo, na língua alemã, seja levado em conta para que se tenha noção da amplitude de seu campo semântico: por exemplo, “quando usado na forma reflexiva significa ‘mandar dizer que não se está presente’” (Hanns, 1996, p. 303).

É certo que a disseminação da *Verleugnung* em *Fetichismo* é algo tímida: permeará, no fim do texto, casos extremos (dignos de Krafft-Ebing), desde que, sendo *Verleugnung* da castração, incida também uma “forte identificação com o pai” (Freud, 1996 [1927a], p.159) que traga a “necessidade de executar a castração” (Ibid., p. 159) para o primeiro plano. Encontramos aí, no âmbito individual, o “comportamento do ‘*couper de nattes*’ [cortador de tranças]” (Ibid., p. 159) e, no âmbito cultural, o “costume chinês de mutilar o pé feminino e, depois disso, reverenciá-lo” (Ibid., p. 160).

Por outro lado, a complexificação do fetichismo, especificamente, abre desde então caminhos novos para a clínica. Uma das grandes contribuições do texto é a indicação de que algo que opera na criação de um fetiche é da mais clássica ordem do recalque, e incide, assim como a *Verleugnung*, sobre a castração:

uma aversão, que nunca se acha ausente em fetichista algum, aos órgãos genitais femininos reais, permanece um *stigma indelebile* da repressão que se efetuou (Ibid., p. 157).

Esta complexificação se esboçava já nos *Três Ensaio*s: “o que leva à substituição do objeto pelo fetiche é uma conexão simbólica de pensamentos que, na maioria das vezes, não é consciente para a pessoa” (Freud, 1996 [1905], p. 146). Em nota de 1915, ainda, sugeria que pés e sapatos se configuravam como fetiches por uma detenção da pulsão escopofílica “pela proibição e pelo recalçamento” (Ibid., p. 147, nota 1).

Em 1927 a idéia move o texto, aparecendo já no primeiro exemplo, bastante simples e, mesmo assim, considerado um caso “extraordinário” (Freud, 1996 [1927a], p. 155):

Um jovem alçou certo tipo de ‘brilho do nariz’ a uma precondição fetichista. A explicação surpreendente para isso era a de que o paciente fora criado na Inglaterra, vindo posteriormente para a Alemanha, onde esquecera sua língua materna quase completamente. O fetiche, originado de sua primeira infância, tinha de ser entendido em inglês, não em alemão. O ‘brilho do nariz’ [em alemão ‘*Glanz auf der Nase*’] era na realidade um ‘vislumbre (*glance*) do nariz’. O nariz constituía assim o fetiche, que incidentalmente, ele dotara, à sua vontade, do brilho luminoso que não era perceptível a outros (Ibid., p. 155).

O que era “extraordinário” no caso é que a clínica de um “fetichista”, uma personagem oitocentista caricata, pudesse começar a se desdobrar através da análise do fetiche. Este se tornava permeável à clínica na medida em que sua significação era inconsciente – Freud teve que recorrer a uma língua que o analisando “*esquecera* (...) quase completamente” para interpretá-lo. O ganho clínico dependia justamente de que se lançasse outra luz, radicalmente redescritiva, desconstrutivista até – uma que permitisse a empatia, talvez dissesse Freud –, sobre uma entidade diagnóstica marcada pelo selo da perversão.

Os textos freudianos subseqüentes que recuperam o tema, onde sua teorização volta-se principalmente para a noção de divisão do eu, só ratificam a idéia. Em 1936, por exemplo, em *Um distúrbio de memória na acrópole* (Freud, 1996 [1936]), Freud analisa, a partir de experiência própria, fenômenos afins à ‘desrealização’ (mais uma vez um termo psiquiátrico): em Atenas, diante da Acrópole, escreve,

Um pensamento surpreendente passou rápido em minha mente: ‘Então tudo isso realmente existe *mesmo*, tal como aprendemos no colégio!’ Para descrever a situação de modo mais preciso, em mim essa pessoa que expressou esse comentário estava dividida, muito mais nitidamente dividida do que em geral seria perceptível, de uma outra pessoa que tomava conhecimento do comentário; e ambas as pessoas estavam surpresas (Freud, 1996 [1936], p. 238).

Ora, este grupo de fenômenos de divisão – relacionados estreitamente a outros bastante freqüentes, como o ‘déjà vu’ e o falso reconhecimento – é marcado pelo mesmo mecanismo que marcara o fetichismo: “todos eles servem ao objetivo de defesa; visam a manter algo distanciado do ego, visam a rechaçá-lo [*verleugnen*]” (Ibid., p. 243).

Freud reafirma ainda este ponto de vista básico sobre os mecanismos psíquicos – que não são nunca ‘corpos estranhos’, por mais extremas que sejam as manifestações clínicas que sustentam – no capítulo VIII de seu inacabado *Esboço de psicanálise* (Freud, 1996 [1938]).

Vimos que não é cientificamente viável traçar uma linha de demarcação entre o que é psiquicamente normal e anormal, de maneira que esta distinção, apesar de sua importância prática, possui apenas um valor convencional. Estabelecemos assim um direito a chegar a uma compreensão da vida normal da mente a partir do estudo de seus distúrbios — o que não seria admissível se esses estados patológicos, as neuroses e as psicoses, tivessem causas específicas operando à maneira de corpos estranhos (Freud, 1996 [1938], p. 209).

A referência a ‘neuroses e psicoses’ como distinção diagnóstica suficiente ratifica ainda os fundamentos de seu último esboço classificatório, que permanece vigente mesmo depois de *Fetichismo* e da investigação do mecanismo da *Verleugnung*.

Em seguida, a divisão do eu, conceito a que Freud se refere como originalmente fazendo parte do campo da psicose, será estendido às neuroses, sendo esta extensão a condição do próprio interesse que possa ter o conceito:

O ponto de vista que postula que em todas as psicoses há uma *divisão do ego* (*splitting of the ego*) não poderia chamar tanta atenção se não se revelasse passível de aplicação a outros estados mais semelhantes às neuroses e, finalmente, às próprias neuroses (Ibid., p. 216).

Se apresenta então sua análise do fetichismo como exemplo, o faz sob a condição de deixar claras suas prioridades:

não se deve pensar que o fetichismo apresente um caso excepcional com referência à divisão do ego; trata-se simplesmente de um tema particularmente favorável para estudar a questão (Ibid., p. 217).

O fetichismo não é o modelo para uma estrutura diagnóstica específica caracterizada pela cisão do eu, mas simplesmente uma dinâmica – até então meramente “englobada entre as perversões” (Ibid., p. 216) – que denuncia de forma privilegiada o mecanismo universal da cisão. Afinal, seria razoável esperar que cisões se tornassem a regra num esboço classificatório dinâmico fundamentado em um conflito permanente de forças contrárias.

Os fatos desta divisão do ego (...) não são tão novos nem tão estranhos quanto podem a princípio parecer. É, na verdade, uma característica universal das neuroses que estejam presentes na vida mental do indivíduo, em relação a algum comportamento particular, duas atitudes diferentes, mutuamente contrárias e independentes uma da outra (Ibid., p. 217).

As sutilezas que diferenciam soluções específicas serão sempre, é certo, investigadas na clínica. Em termos teóricos, no entanto, por mais “essencialmente (...) topográfica” (Ibid., p. 217) que seja determinada diferença, ela será compreendida em função dos *graus* de prejuízo que acarretar aos desejos, por um lado, e às representações partilhadas de realidade, por outro.

O ponto de vista dinâmico, afinal, continua enfatizado até o fim: há que se perguntar se as diferenças topográficas ou estruturais não subjaz um conflito “essencialmente”, isto sim, dinâmico: “o resultado [de uma cisão] depende de qual das duas [atitudes contrárias] pode *apoderar-se* da maior intensidade” (Ibid., p. 217, grifo meu). Ou, ainda:

Seja o que for que o ego faça em seus esforços de defesa, procure ele negar uma parte do mundo externo real ou busque rejeitar uma exigência instintiva oriunda do mundo interno, o seu sucesso nunca é completo e irrestrito. O resultado sempre reside em duas atitudes contrárias, das quais a derrotada, a mais fraca, não menos do que a outra, conduz a complicações psíquicas (Ibid., p. 217-218).

Esta aposta na contingência das soluções de compromisso, enfim, é o que move qualquer processo de análise, independente da captura classificatória a que pudesse estar sujeitado até então o analisando nela empenhado. Dentre estas capturas, é bem sabido hoje como fora pelo próprio Freud, ‘perversão’ é uma das mais impeditivas, o que deve certamente ao aspecto moral que encerra.

Perguntemo-nos então, a seguir, que transformações esta carga sofre, sobre que fenômenos recai, já que Freud tomou a própria moralidade como tema de análise.

5

Algumas considerações sobre a crueldade

Talvez o precipitado oitocentista mais resistente à equivocação seja a carga moral reservada ao termo ‘perversão’, derivada da vinculação entre práticas sexuais heterodoxas, atos que constituem crimes e atitudes cruéis. Há psicanalistas, até hoje, que tomam a infração e a crueldade de forma acrítica como pedras de toque de uma definição de perversão.

Baggio (2004), por exemplo, em trabalho apresentado no XIII Fórum Internacional de Psicanálise da IFPS, caracteriza o perverso como aquele que “desguia sua conduta para a senda do mal” (Baggio, 2004), demarcando uma figura que, para além de uma entidade clínica ou psicopatológica, é um “compulso da malignidade” (Ibid.), um ser “cruel e atroz” (Ibid.) que “bordeja a delinquência” (Ibid.).

Em Freud, aquilo que faz barreira ao sadismo não é primeiramente a moral, mas a compaixão (Freud, 1996 [1905], p. 182). Nos *Três Ensaio*s figura ao lado do asco, da vergonha e da dor, como um dique à pulsão, sendo o contraponto específico à pulsão de dominação, que aparece de forma caricatural no sadismo. Examinemos brevemente alguns pontos deste conflito, dando ênfase, de um lado, à especificidade da crueldade em seus fundamentos pulsionais e, de outro, à ambivalência da moralidade como defesa, o que talvez tenha sido decisivo para seu preterimento em favor da “capacidade de compadecer-se” (Ibid., p. 181) no discurso de Freud.

A teorização freudiana da crueldade segue duas diretrizes que a caracterizam como psicanalítica: por um lado, são buscados elos de ligação entre a crueldade e disposições bem mais ordinárias, comuns e necessárias à própria condição humana; por outro, ela é, eu diria, complexificada.

Sobre o caráter primário ou não da crueldade, um ponto necessário a examinar é o estatuto da pulsão de morte, possivelmente seu fundamento pulsional, já que faz contraponto a Eros, o amor.

É bom lembrar que a noção de instinto, surgida, segundo Foucault, justamente para psiquiatrizar o criminoso, foi convocada à existência originalmente para explicar o “comportamento do assassinato” (Foucault, 2001

[1974-1975], p. 175). Seu tom foi, desde a origem, homicida: ‘matou porque é imbuído de um impulso irresistível’.

É a natividade, a natividade do menino divino, o instinto de morte que está se tornando o objeto primeiro e fundamental da religião psiquiátrica. Quando digo ‘instinto de morte’, fique entendido que não pretendo designar aqui algo como a premonição de uma noção freudiana. Quero dizer simplesmente que o que aparece aqui, com toda clareza, é o objeto doravante privilegiado da psiquiatria, a saber: o instinto, e esse instinto na medida em que é portador da forma mais pura e mais absoluta de perigo, a morte (Ibid., p. 183).

Este instinto perigoso é também primário, no sentido de ser inalisável, na acepção mais clássica de “análise”: decomposição em partes constitutivas. Ele surge como uma *resposta* à pergunta ‘por que matou?’ e, portanto, assume a função de ponto final da explicação, uma espécie de átomo da psiquiatria. Em Freud, como insinua Foucault, a pulsão de morte ganha outro sentido. Não corresponde mais ao ‘impulso a matar’: este último passa a ser composto, deixando de ser primário.

Uma primeira concepção de pulsão de morte surge em 1920, quando é postulada pela primeira vez em *Além do princípio de prazer* (Freud, 1996 [1920b]). Aqui o autor persegue a hipótese de uma tendência generalizada de retorno ao inanimado. Pode-se pensar nesta tendência como a pulsão de morte, que seria muda e invisível, e estaria a serviço da eliminação de toda tensão intrapsíquica, carregando o sujeito para um estado de apatia e indiferença a estímulos.

Se tomarmos como verdade que não conhece exceção o fato de tudo o que vive morrer por razões internas, tornar-se mais uma vez inorgânico, seremos então compelidos a dizer que “o objetivo de toda vida é a morte”, e, voltando o olhar para trás, que “as coisas inanimadas existiram antes das vivas”.

Os atributos da vida foram, em determinada ocasião, evocados na matéria inanimada pela ação de uma força [externa, supõe-se] de cuja natureza não podemos formar concepção (...). A tensão que então surgiu no que até aí fora uma substância inanimada se esforçou por neutralizar-se e, dessa maneira, surgiu o primeiro instinto: o instinto a retornar ao estado inanimado. (Freud, 1996 [1920b], p. 49).

Algo já foi dito sobre a incoerência desta concepção (Garcia-Roza, 1999 [1990], p. 130-131). O problema seria que a pulsão de morte assim pensada deixa

de ser impulso para se tornar uma espécie de empuxo.¹ Esta pulsão de morte aparece como uma versão psíquica do atrito, ou do princípio de inércia. A pulsão de morte, a primeira pulsão, seria assim paradoxalmente uma anti-pulsão. De fato, o próprio Freud apresenta esta versão radicalmente negativa da pulsão de morte com muita reserva e auto-crítica. É bem conhecido, por exemplo, o parágrafo que abre o capítulo quatro:

O que se segue é especulação, amiúde especulação forçada, que o leitor tomará em consideração ou porá de lado, de acordo com sua predileção individual. É mais uma tentativa de acompanhar uma idéia sistematicamente, só por curiosidade de ver até onde ela levará (Freud, 1996 [1920b], p. 35).

De qualquer forma, as críticas a esta versão talvez sejam motivadas por suas conseqüências clínicas: é possível que tais críticas caminhem na defesa de um recorte que possibilite abordar a apatia. A primariedade da inação faz o ponto cego teórico (e, na prática, o domínio onde o analista é impotente) recair sobre configurações subjetivas tais como a depressão, a melancolia ou, no limite, a catatonia. A polêmica ali, enfim, recai sobre o masoquismo primário e seus desdobramentos.

A segunda concepção é a da pulsão de morte como pulsão de dissolução ou destruição. Esta versão já se insinua também em 1920. Aqui, a linha divisória do dualismo pulsional coloca de um lado os impulsos de ligação, os esforços “para combinar substâncias orgânicas em unidades cada vez maiores” (Ibid., p. 53) e do outro os esforços de dissolução destas unidades.

De acordo com a teoria de E. Hering, dois tipos de processos estão constantemente em ação na substância viva, operando em direções contrárias, uma construtiva ou assimilatória, e a outra destrutiva ou dissimilatória. Podemos atrever-nos a identificar nessas duas direções tomadas pelos processos vitais a atividade de nossos dois impulsos instintuais, os instintos de vida e os instintos de morte? (Ibid., p. 60).

Neste sentido de dissolução, a pulsão de morte seria o princípio que possibilita a mudança, o movimento e a transformação. Seriam dependentes de sua ação toda ruptura, toda desconstrução, toda relativização, equívoco ou

¹ É muito curioso, no entanto, que tanto pulsar (de onde deriva pulsão) quanto puxar (de onde deriva empuxo) venham da mesma palavra do latim, *pulsare* (‘sacudir, impelir’). No primeiro caso, seu sentido transformou-se em ‘*movimentar* por meio de impulso’ e no segundo, em ‘*atrair* ou deslocar para si’. (Cunha, 1986, pp. 647-649).

desordem. Assim, a pulsão de morte pode ser “criadora e não conservadora, posto que impõe novos começos ao invés de reproduzir o ‘mesmo’”(Garcia-Roza, 1999 [1990], p. 137).

Em qualquer das duas versões – e é isto o que nos interessa – a crueldade não é primária, na medida em que não é possível identificá-la totalmente com a pulsão de morte (nem tampouco com a de vida), o maior candidato a átomo metapsicológico na segunda tópica freudiana. No primeiro caso pressupõe-se um movimento de exteriorização; nos dois casos pressupõe-se um movimento de fusão pulsional.

De fato, o próprio Freud assume que o sadismo como prova clínica da existência de uma pulsão de morte é apenas um exemplo de uma pulsão de morte já deslocada (Freud, 1996 [1920b], p. 65) e, acrescentaríamos, fusionada, já que “onde quer que o *sadismo original* não tenha sofrido mitigação ou mistura, encontramos a *ambivalência* familiar de *amor e ódio* na vida erótica” (Ibid., p. 65, grifos meus). O sadismo mais original que se conceba já é uma fusão entre amor e ódio.

Assim, o sadismo deserotizado não existe. Infligir dor pela dor é algo que não tem lugar em Freud. A destrutibilidade, quando dirigida a um objeto (e aí, talvez, também ao eu como objeto – no masoquismo, por exemplo) estará sempre mesclada a alguma espécie de amor, investimento, erotização deste objeto.

Os destinos que tem a crueldade, pulsão de morte erotizada e projetada para fora, são bastante diversos. Em 1905, nos *Três ensaios*, Freud inaugurara seu pensamento sobre a crueldade, ainda de certa forma imbuído das idéias de seus antecessores, mas já marcando certa diferença. Encontramos, por exemplo, uma figura infantil que havia sido usada para dar credibilidade ao campo oitocentista da perversidade como diagnóstico: “as crianças que se distinguem por uma crueldade peculiar para com os animais e os companheiros” (Freud, 1996 [1905], p. 182). É a mesma figura que aparecera, por exemplo, na descrição de um tal Claude C. – feita em 1864 por Legrand du Saulle – encarnando o personagem que, diz Foucault, “seria, *grosso modo*, o perverso” (Foucault, 2001 [1974-1975], p. 186):

(...) se tinha à sua disposição um gatinho, um passarinho, parecia gostar de fazê-los sofrer, torturá-los. Crescendo, ficou cada vez mais malvado; não temia nem o pai nem a mãe, e sentia principalmente pela última uma aversão das mais acentuadas,

muito embora ela fosse boníssima com ele; xingava-a e batia nela quando ela não fazia o que ele queria. Também não gostava de um irmão que era mais velho do que ele, o qual era tão bom quanto ele era mau (...). Recentemente, um pobre pernetas que pedia esmolas, arrastando-se num carrinho, chegou à porta da casa dos pais dele, que estavam ausentes: Claude C. derrubou o pobre coitado no chão, bateu nele e fugiu, depois de ter quebrado seu carro! (Du Saulle [1864] APUD Foucault, 2001 [1974], p. 186-187).

Mas esta criança era até então construída retrospectivamente pela psiquiatria jurídica por ocasião da análise da história de um sujeito já sentado no banco dos réus, e tinha como efeito mostrar como o sujeito já era, ele mesmo, o seu crime antes mesmo de cometê-lo:

(...) pequenas cenas infantis, (...) pequenas cenas pueris, que já são como que o analogado do crime. Uma espécie de redução para crianças da criminalidade, qualificada por termos iguais aos utilizados pelos pais ou na moral dos livros infantis (Foucault, 2001 [1974-1975], p. 41).

Freud, ao contrário, evoca a criança cruel para generalizá-la: “a crueldade é perfeitamente natural no caráter infantil” (Freud, 1996 [1905], p. 181). Propõe ainda, neste momento, que a base pulsional da crueldade é a pulsão de dominação, a mesma que fará uma “importante contribuição (...) para a atividade sexual masculina” (Ibid., p. 177). Quando discutira o sadismo, ainda no primeiro ensaio, valorizara sua proximidade com o corriqueiramente aceito como masculino: “no tocante à algolagnia ativa, o sadismo, suas raízes são fáceis de apontar nas pessoas normais. A sexualidade da maioria dos varões exibe uma mescla de *agressão*, de inclinação a subjugar” (Ibid., p. 149).

O que se constrói, então, a partir disto, é uma base comum entre o normal e o especialmente cruel. A diferença torna-se, em parte, quantitativa: o que distingue o criminoso do juiz, por exemplo, pode ser apenas a magnitude de tal crueldade. Mas outro detalhe importante no texto de 1905 diminui um pouco mais a distância: a pulsão de dominação, da qual a crueldade deriva, é também a matéria-prima de qualquer vontade de saber ou de investigar:

essa pulsão [de saber] não pode ser computada entre os componentes pulsionais elementares, nem exclusivamente subordinada à sexualidade. Sua atividade corresponde, de um lado, a uma forma sublimada de dominação e, de outro, trabalha com a energia escopofílica (Ibid., p. 183)

Assim, o fator quantitativo apenas não dá conta da diferença, mas é preciso levar em conta o mais decisivo *destino* que é dado (ou, melhor ainda, que *vier sendo* dado) à pulsão de dominação que nos seria comum.

Nos escritos posteriores, já sob a vigência da dualidade pulsional vida/morte, um destes possíveis destinos da crueldade vai continuar sustentando o que podemos chamar de “democratização”² da crueldade, ou seja, o aspecto da teoria freudiana que fala contra a postulação da crueldade como uma característica encontrada apenas em indivíduos, grupos ou modalidades de laço social específicas. Trata-se do papel decisivo da crueldade na formação do que é, na segunda tópica, a própria instância moral humana: o supereu. Em *O ego e o id*, a idéia de que a força do supereu depende da força dos desejos edipianos é particularmente explícita:

quanto mais poderoso o complexo de Édipo (...), mais severa será posteriormente a dominação do superego sobre o ego, sob a forma de consciência [no sentido moral] (Freud, 1996 [1923b], p. 47).

Vale lembrar que o que está em jogo na situação edipiana são desejos homicidas, por um lado, e incestuosos, por outro. Freud escreve também que o ideal do eu (que ele parece, ao menos aqui, tratar como sinônimo de supereu) “constitui também a expressão dos mais poderosos impulsos e das mais importantes vicissitudes libidinais do id” (Ibid., p. 48). Há um trecho, a seguir, em que este fator toma a precedência sobre um outro, a identificação, na gênese da instância moral:

Mesmo hoje os sentimentos sociais surgem no indivíduo como uma superestrutura construída sobre impulsos de rivalidade ciumenta contra seus irmãos e irmãs. Visto que a hostilidade não pode ser satisfeita, desenvolve-se uma identificação com o rival anterior (Ibid., p. 50).

Se, de forma análoga, no complexo de Édipo quem se constitui como rival é o pai, a identificação com ele que vai produzir o supereu só se estabelece a partir de uma hostilidade anterior que não pôde ser satisfeita. É o que será dito com toda clareza em *O mal-estar na civilização*:

² Encontrei posteriormente o mesmo uso do termo em um trecho da biografia de Freud empreendida por Peter Gay: “a generosa concepção da libido, sustentada por Freud, converteu-o num democrata psicológico. Como todos os seres humanos participam da vida erótica, todos os homens e mulheres são irmãos e irmãs por baixo de seus uniformes culturais” (Gay, 1989, p. 149).

a severidade original do superego não representa — ou não representa tanto — a severidade que dele [do objeto] se experimentou ou que se lhe atribui. Representa, antes, nossa própria agressividade para com ele (Freud, 1996 [1930 [1929]], p. 133).

A responsabilidade pela hostilidade de cada um continua sendo inalienável. Mas, ao mesmo tempo, esta mesma hostilidade é matéria-prima necessária à gênese de toda forma de sentimentos fraternos.

As conseqüências do papel que a crueldade desempenha na formação do superego são bastante significativas, e caracterizam uma ruptura bastante clara com a simples idéia de “defeito moral” como até então se configurava. Especificamente, diminui de forma considerável a distância tão irredutível entre bem e mal, que permeara os laudos médico-legais do século XIX. Não é mais verossímil um contraste radical, uma diferença qualitativa básica entre um sujeito moral e um imoral. Para Freud esta disparidade será, ela própria, intrapsíquica: “o homem normal não apenas é muito mais imoral do que crê, mas também muito mais moral do que sabe” (Freud, 1996 [1923b], p. 65).

Em *Atos obsessivos e práticas religiosas*, Freud (1996 [1907]) já descobrira algo análogo, em relação às neuroses obsessivas. Depois de sublinhar o caráter de conciliação ou compromisso dos sintomas obsessivos, sugere que é inevitável que estes sintomas, ao mesmo tempo em que neutralizam e deslocam a satisfação dos desejos proibidos, reproduzam “uma parcela daquele mesmo prazer que pretendiam evitar, e [sirvam] ao instinto reprimido tanto quanto às instâncias que o estão reprimindo” (Freud, 1996 [1907], p. 115). Assim, “os atos que de início se destinavam principalmente a manter a defesa aproximam-se progressivamente dos atos proibidos” (Ibid., p. 115).

A analogia com a religião, sede social da moralidade, é particularmente revolucionária. Especificamente “a freqüência com que são cometidos, justamente em nome da religião e aparentemente por sua causa, todos os atos proibidos pela mesma – ou seja, as expressões dos instintos por ela reprimidos” (Ibid., p. 116).

A relação entre um “defeito moral” e o protótipo do ato proibido, o crime, se torna, então, bem mais complexa. Em *Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico* Freud (1996 [1916]) nos fornece uma leitura da infração bastante verossímil através das figuras que chama de “criminosos em conseqüência de um sentimento de culpa”, pessoas, de outro modo, “muito

respeitáveis” (Freud, 1996 [1916], p. 347). Aqui, a causalidade tradicional entre crime e culpa é invertida: pelo menos em alguns casos, não é o ato criminoso que faz surgir a culpa, mas é a pré-existência de um sentimento de culpa, mesmo que inconsciente, que causa o ato criminoso. O prazer do crime, nestes casos, é o alívio: “seu sentimento de culpa estava pelo menos ligado a algo” (Ibid., p. 347).

Este sentimento inconsciente de culpa aparece explicitamente pela primeira vez, na obra de Freud, vinculado à neurose obsessiva: “aquele que sofre de compulsões e proibições comporta-se como se estivesse dominado por um sentimento de culpa, do qual, entretanto, nada sabe” (Freud, 1996 [1907], p. 113). Em escritos mais tardios este sentimento e seu alívio vêm a fazer parte de um fenômeno, o masoquismo moral, eminentemente neurótico.

É também instrutivo descobrir, contrariamente a toda teoria e expectativa, que uma neurose que desafiou todo esforço terapêutico pode desvanecer-se se o indivíduo se envolve na desgraça de um casamento infeliz, perde todo o seu dinheiro ou desenvolve uma doença orgânica perigosa. Em tais casos, uma forma de sofrimento foi substituída por outra e vemos que tudo quanto importava era a possibilidade de manter um determinado grau de sofrimento (Freud, 1996 [1924b], p. 183-184).

Esta possibilidade de interpretar o crime, a infração como um ato neurótico leva Freud a se perguntar: “é provável que essa espécie de causação desempenhe um papel considerável no crime humano?” (Freud, 1996 [1916], p. 347). Ou seja, em que grau seria possível generalizar o papel da culpa na motivação para o crime? Freud não persegue o suficiente esta linha de raciocínio, deixando em aberto a questão ao final deste curto artigo, mas mesmo as objeções que coloca a tal generalização são preciosas. Se colocadas em diálogo com idéias desenvolvidas em outros momentos, revelam o quão matizado vai se tornando o entendimento psicanalítico da infração, o quão imbricado em referências comuns ou neuróticas está qualquer “defeito moral”, das quais só escapa, no limite, tornando-se mera imagem.

A ressalva que Freud faz é quanto aos criminosos “que praticam crimes sem qualquer sentimento de culpa; que, ou não desenvolveram quaisquer inibições morais, ou, em seu conflito com a sociedade, consideram sua ação justificada” (Ibid., p. 348).

Esta possibilidade de subjetivação entrará em conflito direto com elaborações posteriores, notavelmente as que teorizam, na segunda tópica, a

emergência, justamente, do supereu: “não se trata simplesmente da questão da *existência* de um superego, mas de sua força e esfera de influência relativas” (Freud, 1996 [1930 [1929]], p. 129, nota 1). De fato, o ser amoral, em sua radicalidade – que é totalmente avesso à sua punição, que se recusa a justificar seu crime (pelo menos em outra base que não o gozo que lhe é próprio), que age por motivos que não possam ser interpretados como um desafio à autoridade e que, enfim, não desenvolveu nenhuma inibição moral ou esboço de supereu –, só encontrará eco na figura tão hedionda quanto imaginária do pai primevo.

As características deste pai arcaico, hipotetizado por Freud (1996 [1913 [1912-13]]) em *Totem e tabu* lançam também alguma luz sobre o paradoxal fascínio exercido pela figura do psicopata, retratado em inúmeros filmes e romances. É que “o violento pai primevo fora sem dúvida o *temido e invejado modelo* de cada um do grupo de irmãos” (Freud, 1996 [1913 [1912-13]], p. 145, grifo meu). A noção que permeia este texto de Freud do início ao fim é a de ambivalência: e isso explicaria não só o imenso medo dirigido à figura do psicopata como também a invariável atribuição a ele de poderes sobre-humanos, nas obras ficcionais.

Vale dizer que na clínica esta figura comparecia como personagem do discurso do analisando, sendo este seu valor, desde o abandono da teoria da sedução e a valorização da realidade psíquica. Freud já dava pistas em 1909, na descrição do caso do ‘homem dos ratos’, da função que tais precipitados do pai primevo exerciam: a manutenção do medo, talvez explicada pelo masoquismo moral. Sob o título de “o grande medo obsessivo”, transcreve as palavras de seu cliente: “sentei-me entre dois oficiais, um dos quais, um capitão de nome tcheco, não iria ter pequena importância para mim. Eu tinha certo terror dele, *pois ele obviamente gostava de crueldade*” (Freud, 1996 [1909], p. 149). A figura é inclusive, na mesma sessão, transferida para o próprio Freud: “no final dessa segunda sessão, o paciente se comportou como se estivesse ofuscado e desorientado. Repetidamente se dirigia a mim como ‘Capitão’” (Ibid., p. 152).

Levando em conta a ambigüidade do supereu e a universalidade tanto da pulsão de morte quanto do mecanismo de projeção, a delimitação de uma fronteira teórica entre laços sociais cruéis – perversos – e não-cruéis torna-se bastante problemática. A posição que Freud adota quanto a isto é encontrada em uma carta

de 1932 a Albert Einstein, publicada no ano seguinte sob o título *Por que a guerra?* (Freud, 1996 [1933 [1932]]).

Neste texto, o autor propõe que direito e violência não formam uma antítese, tendo o primeiro se desenvolvido da última:

A violência podia ser derrotada pela união, e o poder daqueles que se uniam representava, agora, a lei, em contraposição à violência do indivíduo só. Vemos, assim, que a lei é a força de uma comunidade. Ainda é violência, pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que se lhe oponha; funciona pelos mesmos métodos e persegue os mesmos objetivos. A única diferença real reside no fato de que aquilo que prevalece não é mais a violência de um indivíduo, mas a violência da comunidade (Freud, 1996 [1933 [1932]], p. 199).

Daí a existência de “atos legais de violência” (Ibid., p. 199) dos quais não estará ausente a crueldade. Há que se considerar, além disso, que a parcela da comunidade representada pela lei não é tão ampla:

Desde os seus primórdios, a comunidade abrange elementos de força desigual – homens e mulheres, pais e filhos – e logo, como consequência da guerra e da conquista, também passa a incluir vencedores e vencidos, que se transformam em senhores e escravos. A justiça da comunidade então passa a exprimir graus desiguais de poder nela vigentes. As leis são feitas por e para os membros governantes e deixa pouco espaço para os direitos daqueles que se encontram em estado de sujeição (Ibid., p. 199-200).

Desta desigualdade constantemente se desdobra um tipo de relação com as proibições que só é possível a “detentores do poder” (Ibid., p. 200): “tentativas no sentido de se colocarem acima das proibições que se aplicam a todos – isto é, procuram escapar do domínio pela lei para o domínio pela violência” (Ibid., p. 200).

Se distinguirmos modalidades de crueldade norteados pelo critério da infração ou transgressão da lei, pois, há que se considerar “o fato de que a lei, originalmente, era força bruta e que, mesmo hoje, não pode prescindir do apoio da violência” (Ibid., p. 202).

O fundamento metapsicológico da crueldade será novamente a fusão e exteriorização da pulsão de destruição, das quais se serve o apelo à guerra:

Quando os seres humanos são incitados à guerra, podem ter toda uma gama de motivos para se deixarem levar – uns nobres, outros vis, alguns francamente declarados, outros jamais mencionados (...). Entre eles está certamente o desejo da

agressão e destruição: as incontáveis crueldades que encontramos na história e em nossa vida de todos os dias atestam a sua existência e a sua força. A satisfação desses impulsos destrutivos naturalmente é facilitada por sua mistura com outros motivos de natureza erótica e idealista (Ibid., p. 203-204).

No entanto, tal antítese pulsional é razoavelmente avessa a “juízos éticos de bem e de mal. Nenhum desses dois instintos é menos essencial do que o outro; os fenômenos da vida surgem da ação confluyente ou mutuamente contrária de ambos” (Ibid., p. 203). De fato, “o organismo preserva sua própria vida, por assim dizer, destruindo uma vida alheia” (Ibid., p. 204).

As soluções de compromisso possíveis quanto à crueldade não se organizam em uma hierarquia valorativa simples, o que coloca em questão a reserva do adjetivo ‘perversas’ a algumas delas. Um novo desvio da agressividade para dentro traz tanto vantagens quanto perigos (Ibid., p. 207), e em última instância “de nada vale tentar eliminar as inclinações agressivas dos homens” (Ibid., p. 204).

A recomendação que Freud deixa, que pode ser lida também como uma diretriz clínica, é contrapor à crueldade “tudo o que favorece o estreitamento dos vínculos emocionais entre os homens” (Ibid., p. 205), mesmo que tal solução mostre-se muitas vezes insuficiente. “Vale lembrar aquela imagem inquietante do moinho que mói tão devagar, que as pessoas podem morrer de fome antes de ele poder fornecer sua farinha” (Ibid., p. 206).

6

Conclusão

Partindo da apropriação médica das condutas sexuais que teve seu apogeu na segunda metade do século XIX, busquei indicar algumas transformações que o campo semântico do termo ‘perversão’ sofreu a partir do advento da psicanálise, especificamente através do percurso de Freud.

Reconhecendo tal campo como um amálgama médico-jurídico, o que evidenciam as pesquisas de Foucault e Lanteri-Laura, discerni três aspectos do campo da perversão que tomam caminhos razoavelmente independentes entre si sob a ótica psicanalítica, constituindo ainda, cada um dos três, temas possivelmente fecundos para novas pesquisas.

A perversão, se tomada como mero desvio da sexualidade genital e procriativa, passou de exceção a regra, diluindo-se em um fundo universal de pura possibilidade pulsional, mormente nos primórdios da vida anímica. As organizações pulsionais proscritas pela cultura tornam-se quando possível matéria-prima de sublimações e formações reativas, ou são recalcadas e dão origem a sintomas. Os níveis de rigidez e exclusividade de alvos e escolhas de objetos sexuais são um índice possível de seu caráter patológico, podendo incidir inclusive sobre organizações genitais e procriativas, produzindo impotência psíquica. Abordagens futuras das mais variadas configurações da sexualidade adulta podem trazer contribuições ao estudo dos destinos e especificidades das pulsões, desde que tal abordagem assuma um viés clínico, individualizante, em respeito à complexidade pulsional, verdadeiro mosaico, que aí subjaz.

A perversão como diagnóstico, como estrutura clínica mutuamente exclusiva à neurose e à psicose torna-se problemática desde que a neurose é situada como uma ‘perversão negativa’, em 1905. Mais tarde, é de uma perversão no sentido clássico, o fetichismo, que Freud extrai o conceito de *Verleugnung*, um mecanismo psíquico que ultrapassa amplamente o campo da perversão, ora ocupando o papel de defesa que instaura uma psicose, ora sendo reconhecida nos mais variados fenômenos, do *dejá vu* às crenças religiosas, passando, na clínica, por casos de neurose obsessiva. Uma investigação das múltiplas faces da *Verleugnung*, na clínica ou no discurso, promete resultados proveitosos.

A perversão como defeito moral é a mais estranha à teorização freudiana. Alguns temas que tangem a questão da perversidade, no entanto, são ocasionalmente abordados, como é o caso da crueldade, do elemento de dominação que participa da sexualidade masculina e da participação do sentimento de culpa inconsciente ou necessidade de punição na motivação para o crime. Uma linha profícua de pesquisa a este respeito seria a investigação dos destinos e possibilidades de sublimação da pulsão de morte, assim como das formas pelas quais se mistura a moções eróticas e as conseqüências psíquicas desta imbricação.

Estes três caminhos de pesquisa, enfim, tornam-se possíveis a partir do percurso de Freud exatamente na medida em que este autor pôde propor um entendimento complexo da sexualidade e do psiquismo que transbordam e ultrapassam o nebuloso campo oitocentista delimitado pelo ‘selo da perversão’. Se depois de uma breve imersão na teorização psicanalítica ficamos com a impressão de que o termo escondia a grande complexidade e diversidade dos fenômenos psíquicos envolvidos, sua obsolescência certamente possibilita a proliferação de novos e proveitosos caminhos de investigação do humano.

Referências Bibliográficas

ANDRÉ, S. (1993) **A impostura perversa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BAGGIO, M. A. Estrutura ou montagem vivencial? Em: XIII Fórum Internacional de Psicanálise da International Federation of Psychoanalytical Societies (IFPS). 2004, Belo Horizonte. **Revista eletrônica do XIII Fórum Internacional de Psicanálise da International Federation of Psychoanalytical Societies (IFPS)**. CD-ROM.

BARANDE, R. Poderemos nós não ser “perversos”? Psicanalistas, ainda mais um esforço. Em: M’UZAN, M. et al. **A sexualidade perversa**. Lisboa: Vega, 1980.

CAPRIO, F.S. (1961) **Conduta Sexual**. São Paulo: IBRASA, 1967.

CHASSEGUET-SMIRGEL, J. **Ética e estética da perversão**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

COSTA, J. F. **A Face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II**. São Paulo: editora Escuta, 1995.

CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986 (2ª edição).

FOUCAULT, M. (1974-1975) **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREUD, S. (1940 [1938]) Esboço de psicanálise. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXIII**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1937) Construções em análise. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXIII**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1936) Um distúrbio de memória na acrópole. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXII**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1933 [1932]) Por que a guerra? **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXII**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1931) Sexualidade feminina. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1930 [1929]) O mal-estar na civilização. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1927b) O futuro de uma ilusão. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1927a) Fetichismo. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1925b) A negativa. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIX.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1925a) Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIX.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1924c) A perda da realidade na neurose e na psicose. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIX.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1924b) O problema econômico do masoquismo. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIX.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1924a) A dissolução do complexo de Édipo. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIX.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1924 [1923]) Neurose e Psicose. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIX.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1923b) O ego e o id. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIX.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1923a) A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIX.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1920b) Além do princípio de prazer. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XVIII.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1920a) Psicogênese de um caso de homossexualismo em uma mulher. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XVIII.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1919) Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XVII.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1917 [1916-1917]b) Conferências introdutórias sobre psicanálise, parte III, Teoria geral das neuroses: conferência XXI – O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XVI.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1917 [1916-1917]a) Conferências introdutórias sobre psicanálise, parte III, Teoria geral das neuroses: conferência XX – A vida sexual dos seres humanos. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XVI.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1916-1917 [1915-1917]) Conferências introdutórias sobre psicanálise: introdução do editor inglês. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XV.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1916) Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIV.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1915b) Reflexões para os tempos de guerra e morte. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIV.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1914) Sobre o narcisismo: uma introdução. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIV.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1913 [1912-13]) Totem e tabu. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIII.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1912) Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor (contribuições à psicologia do amor II). **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XI.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1910) Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens (contribuições à psicologia do amor I). **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XI.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1909) Notas sobre um caso de neurose obsessiva. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. X.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1908c) Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. IX.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1908b) Sobre as teorias sexuais das crianças. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. IX.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1908a) Caráter e erotismo anal. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. IX.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1907) Atos obsessivos e práticas religiosas. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. IX.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1907 [1906]) Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. IX.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1905) Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. VII.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1905 [1901]) Fragmento da análise de um caso de histeria. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. VII.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1899) Lembranças Encobridoras. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. III.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1897) Extratos dos documentos dirigidos a Fliess - carta 69. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. I.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1915a) **Neuroses de transferência: uma síntese (manuscrito recém descoberto).** Rio de Janeiro: Imago, 1987.

GARCIA-ROZA, L. A. (1990) **O mal radical em Freud.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999 (4ª edição).

GAY, P. **Freud: uma vida para nosso tempo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HANNS, L. A. **Dicionário comentado do alemão de Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

HELSINGER, L. A. **O tempo do gozo e a gozação.** Rio de Janeiro: Revan, 1996.

KRAFFT-EBING, R. V. (1886) **Psychopathia Sexualis: as histórias de caso.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LANTERI-LAURA, G. (1979) **Leitura das Perversões.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

RUDGE, A. M. Aspectos do discurso perverso. Em: XIII Fórum Internacional de Psicanálise da IFPS. 2004, Belo Horizonte. **Revista eletrônica do XIII Fórum Internacional de Psicanálise da IFPS.** CD-ROM.

_____ **O conceito de regressão na teoria freudiana.** Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1976.

VALAS, P. **Freud e a perversão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.